

# ANEXO II

## COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

### 2.1 Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos diretores incluídos neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Petrobras e suas notas explicativas relativas ao encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2022, divulgado em 01 de março de 2023. A Companhia também divulgou relatórios de produção e vendas e de desempenho financeiro do 4º trimestre de 2022, em 08 de fevereiro e 01 de março, respectivamente, que podem ser utilizados como fonte de informação complementar. Todos esses documentos foram arquivados na CVM e podem ser encontrados no site da Petrobras em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Petrobras alcançou excelentes resultados operacionais e econômico-financeiros em 2022, com recorde de lucro líquido e EBITDA ajustado de, respectivamente, R\$ 188,3 bilhões e R\$ 340,5 bilhões, os quais, ainda que positivamente impactados pelo ambiente externo favorável (valorização do Brent e maiores preços de derivados), são também resultado de diversas ações gerenciais relevantes tomadas ao longo dos últimos anos, com foco na geração de valor, sem deixar de respeitar os altos padrões de governança e conformidade da Companhia, a segurança dos seus colaboradores, o meio ambiente e a sociedade.

Esses resultados foram alcançados ao mesmo tempo em que a Companhia investiu, em 2022, um total de US\$ 10 bilhões em seus negócios e entregou uma produção de óleo e gás de 2,7 milhões de boed – barris de óleo equivalente por dia, 3% acima do centro da meta estabelecida para o ano.

Adicionalmente, a Companhia realizou a maior adição de reservas de sua história (2,0 bilhões de boe), pelo segundo ano consecutivo, reflexo do excelente desempenho dos seus ativos, resultando no aumento da relação entre as reservas provadas e a produção (indicador R/P) para 12,2 anos.

Com esses resultados e tendo em vista a sua forte geração de caixa e capacidade de se financiar junto a instituições financeiras, se houver necessidade, os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Cabe ressaltar que, em 2022, os recursos oriundos de sua geração operacional e sua atuação em parcerias e desinvestimentos foram mais que suficientes para a Companhia realizar seus investimentos, cumprir com suas obrigações financeiras, pré-pagar dívidas antigas, além de permitir o pagamento recorde de dividendos. Os recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos) captados pela Companhia foram utilizados para o gerenciamento de passivos já existentes, visando a extensão das maturidades da dívida e melhora da sua estrutura de capital, com intuito de preservar a liquidez e a solvência.

Com relação à dívida, nos últimos anos a estratégia financeira da Petrobras teve como foco a desalavancagem, buscando a redução de seu custo de capital. A sua sólida geração de caixa e a contínua gestão da dívida permitiram à Companhia o atingimento de sua meta de dívida bruta de US\$ 60 bilhões para 2022 de forma antecipada, ainda no 3º trimestre de 2021 (15 meses antes do previsto). Em continuidade às ações de gestão da dívida, a Companhia encerrou o ano de 2022 com um endividamento bruto de US\$ 53,8 bilhões, uma queda de 8,4% em relação aos US\$ 58,7 bilhões do ano anterior.

Essa gestão da dívida, combinada a um maior EBITDA Ajustado, permitiu uma melhora na relação dívida bruta/EBITDA ajustado, que ficou em 0,81x, em comparação a 1,35x em 2021.

Considerando as disponibilidades ajustadas de US\$ 12,3 bilhões, a Companhia fechou o ano de 2022 com uma dívida líquida de US\$ 41,5 bilhões, resultando em uma relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado total de 0,64x.

<i>Em milhões</i> <i>Exercício findo em 31 de dezembro de</i>	<i>R\$</i>	<i>2022</i> <i>US\$</i>
Dívida bruta <sup>1</sup>	280.703	53.799
Disponibilidades ajustadas <sup>2</sup>	64.092	12.283
Dívida Líquida	216.611	41.516

1 – Composta por dívida financeira (mercado de capitais, bancário, bancos de fomento, agências de crédito à exportação e outros) e arrendamentos.

2 - Somatório de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez - conversíveis em dinheiro em até três meses.

Com relação ao patrimônio líquido consolidado da Companhia, a redução para R\$ 364,39 bilhões, comparado a R\$ 389,58 bilhões em 2021, decorreu, principalmente, da aprovação dos dividendos adicionais relativos ao exercício de 2021, aprovados pela AGO de 2022, e pelas antecipações de dividendos do exercício de 2022 atualizadas monetariamente e com a utilização de reservas, compensados pelo lucro líquido do exercício.

Para mais informações sobre o resultado da Petrobras, ver itens 2.1h e 2.2.

## **b. Estrutura de capital**

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Petrobras, medida pelo indicador dívida bruta em relação à capitalização total, representativa do padrão de financiamento de suas operações:

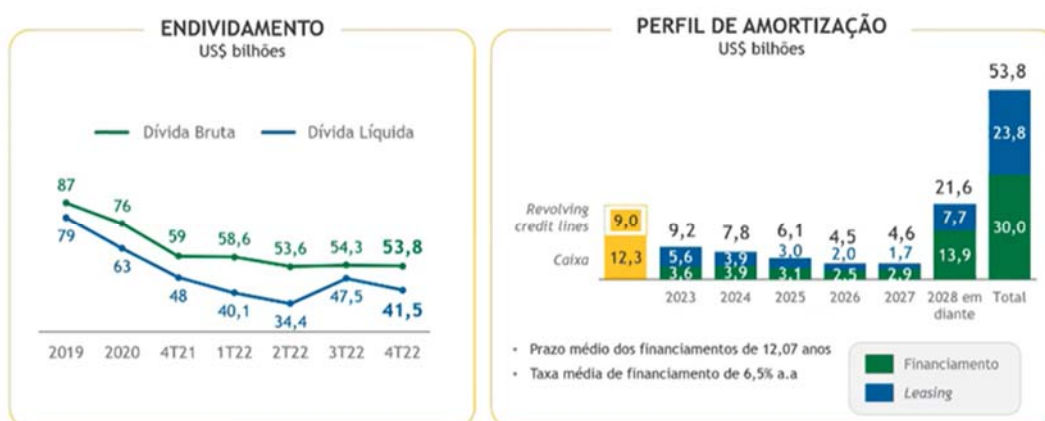
<i>Em milhões de reais</i> <i>Exercício findo em 31 de dezembro de</i>	<i>2022</i>
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	364.385
Empréstimos e financiamentos (incluindo arrendamento) circulantes e não circulantes – Dívida Bruta	280.703
Capital Próprio + Dívida Bruta (“Total”)	645.088
Capital Próprio/Total	56%
Dívida Bruta/Total	44%

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos anos, a Companhia tem utilizado recursos provenientes da geração de caixa operacional, das captações e dos desinvestimentos, principalmente para cumprimento do serviço da dívida, pagamento de remuneração ao acionista e financiamento dos investimentos em áreas de negócio.

A Companhia acredita que, com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que possuem alta liquidez, de R\$ 64,1 bilhões em 2022, associados a manutenção de uma forte geração de caixa operacional, conforme previsto no Plano Estratégico 2023-2027 (“PE 2023-27”), e eventual acesso às fontes tradicionais de financiamento, possui capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento de sua saúde financeira.

Segue abaixo o perfil de vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2022:



Informações detalhadas sobre as obrigações da Companhia podem ser acessadas na nota explicativa 31 – Financiamentos das demonstrações financeiras de 2022.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2022, a principal fonte de financiamento da Companhia para capital de giro e ativos não-circulantes foi a sua própria geração de caixa operacional reforçada pela entrada de recursos de desinvestimentos e pela compensação financeira pelos Acordos de Coparticipação de Búzios, Sépia e Atapu. Para informações mais detalhadas, ver item h (análise do fluxo de caixa).

No âmbito do gerenciamento da dívida, a Petrobras captou recursos de terceiros no montante total de R\$ 15,16 bilhões e resgatou antecipadamente dívidas (pré-pagamento e recompra) de R\$ 27,65 bilhões, visando a extensão das maturidades de curto prazo da dívida e melhora da estrutura de capital da Companhia. Essas operações de dívida foram realizadas diretamente ou por meio de uma de suas subsidiárias integrais e estão totalizadas na tabela abaixo:

<i>Captações no Mercado de Capitais e Mercado Bancário</i>				
<i>Período</i>	<i>Em milhões de US\$</i>		<i>Em milhões de R\$</i>	
<i>2022</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>
Mercado de Capitais	-	852	-	4.467
Mercado Bancário	2.028	-	10.689	-

<i>Resgates antecipados</i>				
<i>Período</i>	<i>Em milhões de US\$</i>		<i>Em milhões de R\$</i>	
<i>2022</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>	<i>Internacional</i>	<i>Doméstico</i>
	5.444	64	27.300	354

Dentre as operações mais relevantes de captação de recursos e gerenciamento de dívida ocorridas no último exercício social, destacam-se:

- A conclusão da oferta de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), em dezembro, no valor de R\$ 1,51 bilhão em três séries com vencimentos entre 2030 e 2037. Os CRIs foram lastreados em Notas Comerciais emitidas pela Petrobras cujos recursos captados foram utilizados para reembolso de despesas com aluguéis de imóveis além de reembolso com eventuais despesas decorrentes de obras.
- A conclusão da oferta de Notas Comerciais, em setembro, no valor de R\$ 3 bilhões em duas séries com vencimentos em 2030 e 2032.
- A contratação, em julho, em conjunto com sua subsidiária integral Petrobras Global Trading B.V. (PGT), de uma linha de crédito com compromissos de sustentabilidade (Sustainability-Linked Loan - SLL), no valor de US\$ 1,25 bilhão e com vencimento em julho de 2027. O contrato contempla mecanismos de

incentivos para o atingimento dos compromissos de sustentabilidade, baseados nos indicadores de desempenho corporativo de Intensidade de gases de efeito estufa (GEE) do E&P, Intensidade de GEE no refino e Intensidade de metano no E&P. O saque foi realizado ainda em julho de 2022.

- A conclusão de uma oferta de recompra de títulos globais, em julho, por meio de sua subsidiária integral Petrobras Global Finance (PGF). O volume de principal entregue pelos investidores, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de US\$ 853,81 milhões e o montante total pago a esses investidores pela Petrobras foi de US\$ 790,89 milhões, excluindo os juros capitalizados até a data de liquidação.
  - A conclusão de uma oferta de recompra de títulos globais, em abril, por meio de sua subsidiária integral Petrobras Global Finance (PGF). O volume de principal entregue pelos investidores, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de US\$ 1,95 bilhão e o montante total pago a esses investidores foi de US\$ 2 bilhões, excluindo os juros capitalizados até a data de liquidação.
- e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Petrobras projeta para o ano de 2023 uma geração operacional de caixa suficiente para suportar todos os investimentos de projetos previstos para o ano 2023 no seu PE 2023-27, resultando, portanto, em um fluxo de caixa livre positivo, que, em adição a eventuais captações de empréstimos e financiamentos (Export Credit Agencies - ECAs, mercado bancário, mercado de capitais, linha de crédito rotativo, entre outros), serão utilizados de forma a garantir adequada liquidez e a solvência da Companhia.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. *Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações sumarizadas sobre os financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir, em milhões de reais:

<i>Vencimento em</i>	<i>Consolidado</i>						<i>Total</i>	<i>Valor justo</i>
	<i>até 1 ano</i>	<i>1 a 2 anos</i>	<i>2 a 3 anos</i>	<i>3 a 4 anos</i>	<i>4 a 5 anos</i>	<i>5 anos em diante</i>		
Financiamentos em dólares (US\$) <sup>(1)</sup>	15.022	16.907	13.401	7.972	12.864	52.202	118.368	118.550
Indexados a taxas flutuantes	13.502	13.991	10.089	5.965	9.074	3.401	56.022	-
Indexados a taxas fixas	1.520	2.916	3.312	2.007	3.790	48.801	62.346	-
Taxa média dos financiamentos	6,8%	6,5%	6,1%	6,3%	5,9%	6,6%	6,6%	-
Financiamentos em reais (R\$)	3.244	3.603	1.150	2.297	2.232	13.078	25.604	25.603
Indexados a taxas flutuantes	1.688	1.462	719	719	1.740	5.530	11.858	-
Indexados a taxas fixas	1.556	2.141	431	1.578	492	7.548	13.746	-
Taxa média dos financiamentos	6,7%	6,9%	6,5%	6,2%	6,4%	6,6%	6,6%	-
Financiamentos em euro (€)	191	67	1.510	-	-	3.043	4.811	4.682
Indexados a taxas fixas	191	67	1.510	-	-	3.043	4.811	-
Taxa média dos financiamentos	4,7%	4,7%	4,7%	-	-	4,7%	4,7%	-
Financiamentos em libras (£)	199	-	-	2.895	-	4.409	7.503	6.931
Indexados a taxas fixas	199	-	-	2.895	-	4.409	7.503	-
Taxa média dos financiamentos	6,2%	-	-	6,2%	-	6,5%	6,3%	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.656</b>	<b>20.577</b>	<b>16.061</b>	<b>13.164</b>	<b>15.096</b>	<b>72.732</b>	<b>156.286</b>	<b>155.766</b>
<b>Taxa média dos financiamentos</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,5%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,5%</b>	<b>-</b>

1 - Inclui financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 12,07 anos (calculado considerando a quantidade de dias corridos entre a data de referência e a data de vencimento da dívida, multiplicado pela parcela da amortização do principal, dividido pela soma das amortizações do principal da dívida, com esse resultado apurado sendo dividido por 365 dias).

O saldo consolidado por tipo de financiamento encontra-se abaixo:

<i>Valores em R\$ milhões</i>	<i>31/12/2022</i>
Mercado Bancário	6.705
Mercado de Capitais	15.108
Bancos de fomento <sup>1</sup>	3.770
Outros	19
<b>Total no país</b>	<b>25.602</b>
Mercado Bancário	43.759
Mercado de Capitais	73.368
Agência de Crédito à Exportação	12.745
Outros	812
<b>Total no exterior</b>	<b>130.684</b>
<b>Total de financiamentos</b>	<b>156.286</b>

<sup>1</sup> - BNDES, FINAME e FINEP

O saldo em mercado de capitais é composto principalmente por R\$ 70,14 bilhões em global notes, emitidas no exterior pela Petrobras Global Finance B.V. – PGF, localizada nos Países Baixos, R\$ 9,78 bilhões em debêntures e R\$ 4,59 bilhões em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os global notes possuem vencimentos entre 2024 e 2115. As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2024 e 2037.

O saldo do mercado bancário é composto por empréstimos e financiamentos bancários com vencimentos entre 2023 e 2034.

A Petrobras ainda possui linhas de crédito rotativas contratadas no Brasil, no valor de R\$ 4 bilhões, com vencimentos em 2025 e 2026, e no exterior, em conjunto com sua subsidiária integral Petrobras Global Trading – PGT, no valor de US\$ 8,25 bilhões, com vencimentos em 2024 e 2026, as quais podem ser utilizadas em casos de contingência de liquidez.

## *II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia não possui, na data de divulgação deste relatório, outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

### *III. Grau de subordinação entre as dívidas*

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas corporativas quirografárias (dívidas sem direitos reais de garantias ou privilégios em relação às outras) da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida da Companhia era de R\$ 156,3 bilhões. Desse montante 83,91% (R\$ 131,1 bilhões) correspondia à obrigação de natureza quirografária e 16,09% (R\$ 25,2 bilhões) correspondia a obrigações com garantias reais.

*IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.*

Há obrigações (*covenants*) financeiras em contratos realizados com o BNDES, a partir de 2011, que restringem que a relação entre a dívida líquida em reais e o EBITDA ultrapasse 5,5x.

A Companhia não possui outros *covenants* relacionados a indicadores financeiros nos demais contratos de financiamento.

A Companhia possui outras obrigações relacionadas aos contratos de financiamento, como:

- i. a apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento;*
- ii. cláusulas de Negative pledge/Permitted liens, em que a Petrobras e suas subsidiárias relevantes se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos gravames permitidos;*

- iii. *cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios, incluindo (mas não limitado) leis ambientais;*
- iv. *cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador, quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento;*
- v. *cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos E.U.A. (incluindo, mas não limitado ao Office of Foreign Assets Control - OFAC, Departamento de Estado e Departamento de Comércio), pela União Europeia e pelas Nações Unidas;*
- vi. *cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES; e*
- vii. *cláusulas que restringem a alteração do controle acionário da Companhia, sem a prévia notificação ao credor.*

Em 2022, não houve a caracterização do descumprimento de nenhum covenant dos contratos financeiros da Companhia.

A Petrobras também é parte em contratos que contêm hipóteses de vencimento antecipado, no caso de alienação de controle da Companhia e de alienação de ativos, desde que a referida alienação cause um efeito adverso material sobre a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem contratos com cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration) que representam 98% do saldo devedor da dívida financeira consolidada em 31/12/2022. O montante agregado de vencimento antecipado, que aciona essas cláusulas, varia entre US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões.

Os contratos mais relevantes que possuem tal cláusula são:

<i>IDENTIFICAÇÃO</i>	<i>Saldo Devedor (R\$) 31/12/2022</i>
Bond PETBRA 6 3/4 01/27/41	4.077.188.575,59
Bond PETBRA 7 1/4 03/17/44	4.953.546.851,24
Bond PETBRA 6 7/8 01/20/40	3.857.603.994,74
Bond PETBRA 5 5/8 05/20/43	1.885.956.162,16
Bond PETBRA 6 1/4 03/17/24	2.967.758.838,62
Bond PETBRA 6.85 06/05/15	7.076.584.604,86
Bond PETBRA 5 3/8 10/01/29	1.854.284.691,39
Bond PETBRA 6 5/8 01/16/34	2.745.596.542,57
Bond PETBRA 6 1/4 12/14/26	2.903.558.653,74
Bond PETBRA 4 3/4 01/14/25	1.578.843.698,33
Bond PETBRA 8 3/4 05/23/26	2.025.702.692,31
Bond PETBRA 7 3/8 01/17/27	3.913.251.016,63
Bond PETBRA 5.299 01/27/25	3.386.383.500,30
Bond PETBRA 5.999 01/27/28	5.627.360.812,74
Bond PETBRA 5 3/4 02/01/29	2.509.938.554,69
Bond PETBRA 5.093 01/15/30	2.942.247.821,34
Bond PETBRA 5.6 01/03/31	5.659.427.876,23
Bond PETBRA 6 3/4 06/03/50	2.516.270.242,31
Bond PETBRA 6,9 03/19/2049	4.014.068.095,85
Bond PETBRA 5 1/2 06/10/51	3.640.225.455,68
Schuldschein - Deutsche Bank - 2030	1.080.062.687,77
5ª Emissão de Debêntures Simples	811.541.688,97
6ª Emissão de Debêntures Simples	4.310.910.482,34
7ª Emissão de Debêntures Simples	3.656.312.381,18
1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	3.109.522.483,56
2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	1.483.997.397,48
BRADESCO	2.424.395.512,76
BRADESCO	1.188.798.516,67
CDB	12.949.158.479,10
CDB	5.549.509.028,17
JP MORGAN	1.010.144.325,66
CDB	17.365.859.839,12
THE EXPORT-IMPORT BANK OF CHINA	3.038.469.490,20
BANCO DO BRASIL	2.505.432.906,33
CREDIT AGRICOLE	1.266.089.220,67
SANTANDER	1.125.952.891,65
THE EXPORT-IMPORT BANK OF CHINA	3.408.243.960,30
MUFG	6.576.283.323,88
SCOTIABANK	1.317.736.561,14

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Cumpridas as condições precedentes dos contratos, em 31 de dezembro de 2022, estavam disponíveis para saque os valores abaixo:

<i>Empresa</i>	<i>Contratado</i>	<i>Utilizado</i>	<i>Saldo (em 31/12/22)</i>	<i>Percentual já utilizado (em 31/12/22)</i>
No exterior (em US\$ milhões)				
PGT BV	8.250	-	8.250	0%
No país (em R\$ milhões)				
Petrobras	4.000	-	4.000	0%
Transpetro	329	-	329	0%

## h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 1 de março de 2023.

### Análise da Demonstração de Resultado Consolidado

Em R\$ milhões	2022	2021	Análise horizontal 2022 x 2021	
			R\$	%
Receita de vendas	641.256	452.668	188.588	41,7
Custo dos produtos e serviços vendidos	-307.156	-233.031	-74.125	31,8
<b>Lucro bruto</b>	<b>334.100</b>	<b>219.637</b>	<b>114.463</b>	<b>52,1</b>
Vendas	-25.448	-22.806	-2.642	11,6
Gerais e Administrativas	-6.877	-6.340	-537	8,5
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-4.616	-3.731	-885	23,7
Custos com pesquisa e desenvolvimento	-4.087	-3.033	-1.054	34,8
Tributárias	-2.272	-2.180	-92	4,2
Reversão (Perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	-6.859	16.890	-23.749	-140,6
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.023	3.967	5.056	127,5
<b>Despesas (Receitas) Operacionais</b>	<b>-41.136</b>	<b>-17.233</b>	<b>-23.903</b>	<b>138,7</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos</b>	<b>292.964</b>	<b>202.404</b>	<b>90.560</b>	<b>44,7</b>
Receitas financeiras	9.420	4.458	4.962	111,3
Despesas financeiras	-18.040	-27.636	9.596	-34,7
Var. monetárias e cambiais líquidas	-10.637	-36.078	25.441	-70,5
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-19.257</b>	<b>-59.256</b>	<b>39.999</b>	<b>-67,5</b>
Resultado de participações em investidas	1.291	8.427	-7.136	-84,7
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>274.998</b>	<b>151.575</b>	<b>123.423</b>	<b>81</b>
Imposto de renda e contribuição social	-85.993	-44.311	-41.682	94,1
<b>Lucro do exercício</b>	<b>189.005</b>	<b>107.264</b>	<b>81.741</b>	<b>76,2</b>
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	188.328	106.668	81.660	76,6
Acionistas não controladores	677	596	81	13,6
<b>Lucro do exercício</b>	<b>189.005</b>	<b>107.264</b>	<b>81.741</b>	<b>76,2</b>

As principais variações da demonstração de resultado se encontram abaixo descritas:

### **Receita de Vendas**

- O diesel e a gasolina continuaram sendo os principais produtos, respondendo juntos por 74% da receita de derivados e 45% da receita líquida total em 2022.
- A receita líquida aumentou em 42%, beneficiada principalmente pela alta de 43% do Brent em relação a 2021 e por maiores preços de derivados e gás natural em um ano de continuidade da retomada da demanda mundial e com oferta impactada pela guerra da Ucrânia.
- Houve também forte crescimento do volume de vendas de petróleo no mercado interno explicado pelas vendas para Acelen (Refinaria de Mataripe), que passou a ser um cliente relevante da Petrobras, após a conclusão do seu desinvestimento em novembro de 2021.
- As receitas com exportações cresceram 22% também impactadas pela alta dos preços, em que pese a queda de 12% no volume de vendas em comparação com 2021.
- Para variações na cotação do Brent, composição da receita por produto e variação do volume de vendas por produto, ver tabelas no item 2.2.

### **Custo dos produtos vendidos**

O custo dos produtos vendidos cresceu 32% em comparação com 2021 refletindo, principalmente, maiores gastos com importações, fruto de maiores preços de petróleo e derivados, e com participações governamentais, como consequência da valorização do Brent e dos preços de gás natural. A redução no volume de importação de GNL e do gás boliviano compensou parcialmente esse efeito. Em 2022, houve redução de 15% na importação de gás boliviano e de 74% no volume de GNL regaseificado, o que é essencialmente explicado pelo menor despacho termelétrico a gás natural diante do cenário hidrológico favorável.

### **Despesas Operacionais**

As despesas operacionais aumentaram 139%, refletindo majoritariamente a ausência de ganhos em 2022 com reversão de impairment (-R\$ 23,7 bilhões), do ganho complementar da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 2,6 bilhões), maiores gastos com contingências judiciais (-R\$ 3,1 bilhões) e menores ganhos com alienação e baixa de ativos (-R\$ 5,0 bilhões), compensados parcialmente por maiores

ganhos com acordos de coparticipação nos campos de Sépia, Atapu e Búzios (+R\$ 18,3 bilhões).

O crescimento de 12% nas despesas com vendas em 2022 é explicado pelo aumento de fretes para exportações, maiores gastos logísticos com transporte do gás natural e aumento das vendas de petróleo no mercado interno, principalmente para Acelen.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 9% em comparação com 2021, o que é explicado pelo aumento dos gastos com serviços, principalmente relacionados ao processo de transformação digital, e pela retomada do nível de atividades pós pandemia.

As despesas exploratórias cresceram em 2022 em razão, principalmente, de maiores gastos com baixa de poços exploratórios, compensados em parte pela reversão de multa de conteúdo local junto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) após a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), relativo a compromissos de investimentos em Exploração e Produção com conteúdo local.

O crescimento nas despesas com pesquisa e desenvolvimento tecnológico em 2022 é explicado pelo aumento da obrigação legal de investimento em pesquisa desenvolvimento e inovação (PD&I), principalmente devido ao aumento das receitas dos campos do pré-sal.

### **Resultado Financeiro Líquido**

Em 2022, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 19,3 bilhões, uma melhora de 68% em relação a 2021. A maior parcela deste resultado é explicada pelo ganho com a variação cambial do real frente ao dólar (R\$/US\$ 5,22 em dez/2022 contra R\$/US\$ 5,58 em dez/2021). Além desse fator, contribuíram para o resultado financeiro em 2022 a atualização monetária dos dividendos antecipados, menores custos de transação e ágio na recompra de títulos, menores despesas com juros, ganho com aplicações financeiras e deságio na recompra de títulos.

## Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas Petrobras

O lucro líquido em 2022 foi de R\$ 188,3 bilhões, comparado a R\$ 106,7 bilhões em 2021. Esse aumento se deve principalmente à alta do Brent, maiores margens de derivativos, melhor resultado financeiro e ganhos com acordos de coparticipação em campos da Cessão Onerosa, parcialmente compensado por maior recolhimento de impostos e ausência de ganhos com reversão de impairment.

Para mais detalhes do resultado de 2022, incluindo comparação com 2021 e detalhes do resultado por segmento, ver as demonstrações financeiras de 2022, e o relatório de Desempenho Financeiro de 4T22, ambos arquivados na CVM em 01 de março de 2023 e divulgados no site da companhia em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

### Análise do Fluxo de Caixa

<i>DFC (em R\$ milhões)</i>	<i>2022</i>
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	255.410
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	-4.377
Recursos líquidos (utilizados) nas atividades de financiamentos	-264.156
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-3.636
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>-16.759</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.723

A diferença entre a geração e a aplicação dos recursos resultou em uma redução de R\$ 16,76 bilhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2022 com saldo de 41,72 bilhões.

Os recursos gerados pelas atividades operacionais alcançaram R\$ 255,41 bilhões que, juntamente com a entrada de recursos de desinvestimentos de R\$ 24,82 bilhões; da compensação financeira pelos Acordos de Coparticipação de Búzios, Sépia e Atapu de R\$ 35,77 bilhões; das captações de financiamentos de R\$ 15,16 bilhões; e recebimentos de dividendos de R\$ 1,91 bilhão, foram utilizados, principalmente, para: (a) pagar remuneração aos acionistas de R\$ 194,61 bilhões; (b) cumprir o serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos de empréstimos no mercado bancário internacional, recompra de títulos no mercado de capitais internacional e amortização de arrendamentos de R\$ 85,05 bilhões; (c) realizar investimentos de R\$ 49,66 bilhões em

ativos imobilizados e intangíveis; (d) aplicar R\$ 17,07 bilhões em títulos e valores mobiliários; além do (e) efeito cambial sobre os saldos de caixa e equivalente de caixa decorrentes de aplicações no exterior de R\$ 3,64 bilhões.

## 2.2 Os diretores devem comentar sobre:

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm de:

- vendas locais, que consistem em vendas de petróleo e derivados de petróleo (tais como: óleo diesel, gasolina, querosene de aviação (QAV), nafta, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo, gás natural, energia elétrica, renováveis e nitrogenados) e receitas de direitos não exercidos;
- vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto, óleo combustível e outros derivados;
- vendas nas unidades internacionais; e
- outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

Individualmente, o produto mais importante em termos de geração de receita em 2022 foi o diesel, representando cerca de 32% da receita de vendas total da Companhia.

<i>RECEITAS DE VENDAS POR PRODUTO (R\$ milhões)</i>	<i>2022</i>
Diesel	206.960
Gasolina	83.354
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	26.362
Querosene de aviação (QAV)	28.007
Nafta	12.312
Óleo combustível (incluindo bunker)	7.287
Outros derivados de petróleo	28.493
<b>Subtotal de derivados</b>	<b>392.775</b>
Gás natural	39.617
Petróleo	39.613
Renováveis e nitrogenados	1.454
Receitas de direitos não exercidos (breakage)	3.448
Eletricidade	3.622
Serviços e outros	5.363
<b>Mercado interno</b>	<b>485.892</b>
Exportações	141.521
Vendas no exterior	13.843
<b>Mercado externo</b>	<b>155.364</b>
<b>Receitas de vendas</b>	<b>641.256</b>

## ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além dos fatores que resultaram no aumento da receita líquida detalhado no item 2.1 (h), vale comentar o atingimento de recordes de produção, dentre os quais se destacam: (a) a superação em 3,2% do centro das meta de produção total de óleo e gás com custo competitivo, principalmente com a entrada em operação da P-71 e do FPSO Guanabara, que atingiu capacidade máxima de produção em jan/2023, e o atingimento do topo da produção na P-68; e (b) a produção e venda de diesel S10, representando 59% das vendas e 56% do total produzido de diesel.

Para mais informações a respeito do desempenho operacional, ver Relatório de Produção e Vendas do 4T22, arquivado na CVM em 8 de fevereiro de 2023 e divulgado no site da Companhia <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

### **b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo. Em 2022, as receitas da companhia foram impactadas positivamente pela valorização de 43% do Brent.

Vale observar que além da maior parte das receitas de exportação serem constituídas em dólares norte-americanos, as receitas com vendas internas estão também indiretamente ligadas ao dólar norte-americano, devido à política de preços da Companhia em 2022, que buscou manter preços competitivos alinhados ao mercado internacional de derivados.

As tabelas abaixo demonstram as principais cotações e volumes de venda, e suas respectivas variações, que impactam a receita da Companhia.

<b>PRINCIPAIS COTAÇÕES E PREÇOS MÉDIOS</b>	<i>Exercício findo em</i>	<i>Exercício findo em</i>	<i>2022 x 2021 (%)</i>
	<i>31/12 de</i>	<i>31/12 de</i>	
	<i>2022</i>	<i>2021</i>	
<b>Cotações</b>			
Brent médio (US\$/bbl)	101,19	70,73	43
Dólar médio de venda (R\$)	5,16	5,40	4,4
Dólar final de venda (R\$)	5,22	5,58	-6,5
<b>Indicadores de preços médios</b>			
Derivados básicos - mercado interno (R\$/bbl)	632,22	416,40	51,9
<b>Preço de venda – Brasil</b>			
Petróleo (US\$/bbl) <sup>(1)</sup>	95,91	67,48	42,1
Gás natural (US\$/bbl)	69,26	45,65	51,7

(1) Média dos preços das exportações e dos preços internos de transferência da área de E&P para a área de Refino, Transporte e Comercialização (RTC).

<b>VOLUME TOTAL DE VENDAS (mil barris/dia)</b>	<i>Exercício findo em</i>	<i>Exercício findo em</i>	<i>2022 x 2021 (%)</i>
	<i>31/12 de</i>	<i>31/12 de</i>	
	<i>2022</i>	<i>2021</i>	
Diesel	755	801	-5,7
Gasolina	407	409	-0,5
Óleo combustível	34	61	-44,3
Nafta	73	69	5,8
GLP	211	228	-7,5
QAV	98	74	32,4
Outros	175	164	6,7
<b>Total de derivados</b>	<b>1.753</b>	<b>1.806</b>	<b>-2,9</b>
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	3	4	-25
Petróleo	202	24	741,7
Gás natural	305	352	-13,4
<b>Total mercado interno</b>	<b>2.263</b>	<b>2.186</b>	<b>3,5</b>
Exportação de petróleo, derivados e outros	714	811	-12
Vendas internacionais	56	46	21,7
<b>Total mercado externo</b>	<b>770</b>	<b>857</b>	<b>-10,2</b>
<b>Total geral</b>	<b>3.033</b>	<b>3.043</b>	<b>-0,3</b>

- c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

## Resultado Operacional

O EBITDA Ajustado cresceu 45% em comparação com 2021 influenciado principalmente pela valorização do Brent médio do ano e pelos maiores preços de derivados em 2022.

## Resultado Financeiro

A valorização do real frente ao dólar (R\$/US\$ 5,22 em dez/2022 contra R\$/US\$ 5,58 em dez/2021) teve impacto no resultado financeiro da Companhia, que foi negativo em R\$ 19.257 milhões. A tabela abaixo demonstra os fatores que contribuíram para esse resultado, incluindo câmbio e despesas com juros.

<i>No Exercício findo em 31/12</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>	<i>2022 x 2021 (%)</i>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>9.420</b>	<b>4.458</b>	<b>111,3</b>
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	5.955	1.706	249,1
Outros	3.465	2.752	25,9
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-18.040</b>	<b>-27.636</b>	<b>-34,7</b>
Despesas com financiamentos	-12.173	-15.461	-21,3
Despesas com arrendamentos	-6.936	-6.584	5,3
Ágio na recompra de títulos de dívida	-596	-5.838	-89,8
Encargos financeiros capitalizados	5.319	5.244	1,4
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	-2.680	-4.088	-34,4
Outros	-974	-909	7,2
<b>Variações monetárias e cambiais, líquidas</b>	<b>-10.637</b>	<b>-36.078</b>	<b>-70,5</b>
Variações cambiais	5.637	-14.951	-
Reclassificação do hedge accounting	-25.174	-24.777	1,6
Atualização monetária de dividendos antecipados/dividendos a pagar <sup>1</sup>	5.351	602	788,9
Atualização monetária de impostos a recuperar <sup>2</sup>	443	2.754	-83,9
Outros	3.106	294	956,5
<b>Total</b>	<b>-19.257</b>	<b>-59.256</b>	<b>-67,5</b>

1 - Em 2022, refere-se a atualização monetária credora de dividendos antecipados no valor de R\$ 2.180 (R\$ 105, em 2021) e devedora de dividendos a pagar no valor de R\$ 1.431 (R\$ 73, em 2021).

2 - Em 2021, inclui atualização monetária sobre os efeitos pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

### **2.3 Os diretores devem comentar**

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis e nos métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opinião modificada no parecer dos auditores independentes às demonstrações contábeis de 2022.

### **2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Sem alteração em relação a 2021.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022, a Companhia não constituiu nem adquiriu participação societária relevante.

Em relação às principais alienações, a Petrobras concluiu (closing) as seguintes transações em 2022:

E&P:

- Venda do Polo Alagoas.
- Venda do Polo Recôncavo.
- Venda do Polo Peroá.
- Venda do Polo Fazenda Belém.
- Venda do Polo Carmópolis.
- Venda do Campo de Papa-Terra.

## RGN

- Venda da participação de 27,88% na Deten Química S.A. (Deten).
- Venda da participação de 51% na Petrobras Gas S.A. (Gaspetro).
- Venda da SIX.
- Venda da REMAN.

Esses ativos vendidos possuíam baixa aderência ao PE 2023-27 da Companhia e impactos limitados na produção de petróleo e derivados da Petrobras.

Os ativos de E&P representam 1,3% da produção total de petróleo da Petrobras em 2022, e a capacidade de processamento da REMAN representa 2,4% da capacidade instalada da Companhia em 2022. Quanto aos demais desinvestimentos do RGN (Deten, Gaspetro e SIX), os seus resultados não eram representativos para o resultado consolidado da Petrobras. Para mais informações sobre vendas concluídas no último exercício, verificar nota explicativa 30.2 das demonstrações financeiras de 31.12.2022 e o item 2.10.a.iii.

Além dessas alienações, em decorrência das duas rodadas de licitações do Excedente da Cessão Onerosa no Regime de Partilha de Produção, realizadas em novembro de 2019 e dezembro de 2021, a Petrobras (a) reduziu a sua participação na jazida compartilhada de Búzios de 92,66% para 88,99%, devido à opção de compra exercida pela sua parceira CPBL, acordada na primeira rodada de licitação; e (b) fechou o acordo de coparticipação de Sépia e Atapu, necessário para gerir as jazidas coincidentes contidas na área do contrato de cessão onerosa e na área do contrato do excedente da cessão onerosa, reduzindo a sua produção total de óleo e gás em 0,1 milhão boed anuais.

Cabe ressaltar que a curva de produção de óleo e gás divulgada no momento da aprovação dos planos estratégicos da Companhia considera os impactos dos desinvestimentos previstos no horizonte dos planos, bem como a cessão de participação e acordo de coparticipação citados acima. Ou seja, os efeitos dessas transações já reduziam as curvas de produção previstas e divulgadas nos planos PE 2022-26 e PE 2023-27.

### c. eventos ou operações não usuais

#### **RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho**

A Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho ("RMNR") consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e

condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo questionada três anos após sua implantação.

Em 2017 essa discussão chegou ao Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que decidiu contra a Companhia. A Petrobras interpôs recurso contra essa decisão levando a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF). No STF, em julho de 2018, a Petrobras obteve provimento liminar que suspendeu os efeitos da decisão do TST e determinou a suspensão nacional dos processos em andamento relacionados à RMNR.

Em julho de 2021, o Ministro Relator deu provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela empresa para reestabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, acolhendo a tese da Companhia e reconhecendo a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, revertendo a decisão do TST.

Em 15 de fevereiro de 2022, no julgamento dos recursos interpostos contra a decisão do Ministro Relator, a Primeira Turma do STF, composta por cinco Ministros, formou maioria (três votos) para decidir favoravelmente à Petrobras, negando provimento aos Agravos e confirmando a improcedência da ação. Um dos Ministros se deu por suspeito e a última Ministra a se manifestar pediu vista, suspendendo o julgamento desde então.

### **Empréstimo Compulsório – Eletrobrás**

O governo brasileiro, pretendendo financiar a expansão do sistema elétrico nacional, estabeleceu o empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás, que durou até 1993. O empréstimo era cobrado nas contas de energia elétrica dos consumidores.

Em 2010, a Companhia ingressou com ação judicial com vistas a ter reconhecido o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório da Eletrobrás, relativamente à terceira conversão de ações da Eletrobrás, no período de 1987 a 1993.

O processo encontra-se no início da fase de execução, quando haverá a apuração e liquidação do crédito da Companhia. Considerando que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para essa apuração, o valor do ativo contingente será aferido no curso do processo.

## **Eventos decorrentes da “Operação Lava Jato”**

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada Operação Lava Jato, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas sendo realizada por várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras.

A Companhia sempre colaborou com os trabalhos do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Receita Federal e outras autoridades competentes desde o início das investigações.

A Petrobras é oficialmente reconhecida como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” e continuará adotando as medidas legais cabíveis contra as pessoas físicas e jurídicas, incluindo ex-empregados e agentes políticos, que causaram danos financeiros e de imagem à Petrobras. Como vítima, a Companhia recebeu desde o início da “Operação Lava Jato” ressarcimentos que já alcançaram R\$ 6,7 bilhões.

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal passou a julgar as ações movidas por réus criminais no processo Lava Jato, com o objetivo de anular condenações criminais relacionadas à investigação. Esses processos ainda estão em andamento e seus desfechos podem afetar os interesses da Companhia.

Seguem abaixo operações não usuais relevantes que impactaram a Companhia em 2022 ou que ainda podem impactá-la, em decorrência da Operação Lava Jato:

### **a. Ministério Público / Inquérito Civil**

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como representada. Após decisão da Procuradoria Geral da República, este inquérito foi remetido ao Ministério Público Federal, uma vez que o MP/SP não detém competência legal para a condução do procedimento. Em maio de

2022, a Petrobras tomou conhecimento de que o procedimento, que tramitava em sigilo, foi arquivado em fevereiro de 2021.

#### **b. Ação coletiva na Holanda**

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava-Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores. Com base nessas alegações, a Fundação busca uma série de declarações judiciais por parte do tribunal holandês.

Em 26 de maio de 2021, após decisões intermediárias anteriores em que a Corte entendeu que possui jurisdição para julgar a maioria dos sete pedidos formulados pela Fundação, a Corte decidiu que a ação coletiva deve prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e sejam representados pela Fundação. No entanto, estão excluídos da ação os investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 2021 e 2022, as partes apresentaram suas alegações e defesas por escrito em relação ao mérito da ação. A Corte marcou audiências para alegações orais, que ocorreram nos dias 17 e 24 de janeiro de 2023. Nessas audiências, a Corte não forneceu quaisquer indicações sobre o conteúdo da sua decisão sobre o mérito da causa.

A Corte determinou que a Petrobras e os demais réus podem apresentar manifestações complementares em 22 de fevereiro de 2023, após as quais a Corte pretende proferir sentença em 26 de julho de 2023. Tal prazo é indicativo e a decisão poderá ser adiada ou antecipada.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição das cortes holandesas, o escopo do acordo que encerrou a Class Action nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação

obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva. Não é possível prever no momento se a companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam o valor e a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras é incapaz de estimar uma eventual perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras reitera sua condição de vítima do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato e pretende apresentar e provar esta condição perante o tribunal holandês.

Tendo em vista as incertezas existentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores a serem apresentadas por investidores individuais. A Fundação não pode exigir indenização por danos no âmbito da ação coletiva, uma vez que a decisão final terá natureza meramente declaratória.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

### **c. Arbitragens no Brasil**

A Petrobras responde a sete arbitragens instauradas perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, vinculada à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Seis delas foram instauradas por múltiplos investidores nacionais e estrangeiros. A outra, instaurada por associação que não é acionista da Companhia, pretende ser coletiva, mediante representação de todos os acionistas minoritários da Petrobras que adquiriram ações na B3 entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015. Os investidores pretendem que a Companhia os indenize pelos supostos prejuízos financeiros causados pela diminuição do preço das ações da Petrobras listadas em bolsa, no Brasil, decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

Essas arbitragens envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, cronogramas ainda a serem definidos pelos Tribunais Arbitrais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes e análises de peritos.

Ademais, as pretensões formuladas são amplas e abrangem vários anos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas arbitragens. Como resultado, a Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da perda potencial nas arbitragens.

A depender do desfecho de todos esses casos, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período. Entretanto, a Petrobras não reconhece responsabilidade pelos supostos prejuízos alegados pelos investidores nestas arbitragens, tampouco o cabimento de arbitragem coletiva.

A maioria das arbitragens ainda está distante de um desfecho, seja em estágios preliminares, seja iniciando a fase de produção de provas, de modo que não há previsão para sentença dos respectivos tribunais arbitrais.

Contudo, em uma das arbitragens, proposta por dois investidores institucionais, em maio de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial que indica a responsabilidade da Companhia, mas não determina o pagamento de valores pela Petrobras, tampouco encerra o procedimento. Essa arbitragem é confidencial, assim como as demais em curso, e a sentença parcial que não representa um posicionamento da Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM, mas unicamente dos três árbitros que compõem este painel arbitral, não se estende às demais arbitragens existentes. Em julho de 2020, a Petrobras ingressou com ação judicial para anulação dessa sentença arbitral parcial, por entender que ela contém graves falhas e impropriedades. Em novembro de 2020, a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro anulou a sentença arbitral parcial, em razão dessas graves falhas e impropriedades apontadas pela Petrobras. Ainda cabe recurso contra essa decisão. Em respeito às regras da CAM, a ação judicial tramita em segredo de justiça. A Petrobras reitera que continuará a se defender vigorosamente, em respeito a seus atuais acionistas, em todas as arbitragens de que é parte.

#### **d. Arbitragem na Argentina**

Em setembro de 2018, a Petrobras foi citada na demanda arbitral proposta por Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa ("Associação") contra a Companhia e outras pessoas físicas e jurídicas, perante o Tribunal Arbitral da Bolsa de Valores de Buenos Aires ("Tribunal Arbitral"). Entre outras questões, a Associação alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras na Argentina, em razão dos fatos revelados pela Operação Lava Jato.

Em junho de 2019, a Companhia informou que o Tribunal Arbitral reconheceu a desistência da arbitragem pelo fato de a Associação não ter pagado a taxa de arbitragem no prazo estabelecido. A Associação recorreu ao Poder Judiciário argentino contra essa decisão, tendo sido rejeitados os recursos pelo Tribunal de Apelação em novembro de 2019. A Associação interpôs novo recurso dirigido à Suprema Corte da Argentina, estando pendente uma decisão final.

A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e irá se defender firmemente na arbitragem em referência.

#### **e. Ações penais na Argentina**

A Petrobras foi incluída como ré em ações penais na Argentina:

i. Ação penal por alegado descumprimento da obrigação de publicar "fato relevante" na Argentina sobre a existência de uma ação coletiva movida por Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa ("Associação") perante a Corte Comercial, de acordo com as disposições da lei argentina de mercado de capitais. Vale ressaltar que a Petrobras nunca foi citada no âmbito da referida ação coletiva. Em 4 de março de 2021, o Tribunal (Sala A da Camara Penal Econômico) decidiu que a competência para o julgamento desta ação penal deve ser transferida do Tribunal Econômico Criminal nº 3 da cidade de Buenos Aires para o Tribunal Econômico Criminal nº 2 dessa mesma cidade. A Petrobras apresentou defesas processuais na ação penal, mas algumas delas ainda não foram decididas pelo juiz.

ii. Ação penal relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015. A Petrobras apresentou defesas processuais, atualmente objeto de recursos em instâncias recursais da Justiça argentina. Em 21 de outubro de 2021, após recurso da Associação, o Tribunal de Apelações revogou a decisão de primeira instância que havia reconhecido a imunidade de jurisdição da Petrobras e recomendou que o Juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a companhia poderia ser considerada

criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. A Petrobras recorreu contra essa decisão perante a Corte de Cassação, tendo o recurso da companhia sido negado. Após o juízo de primeira instância negar a imunidade de jurisdição à Petrobras, a companhia recorreu ao Tribunal. Em 27 de dezembro de 2022, o Tribunal considerou novamente a decisão de primeira instância prematura, determinando que uma terceira fosse proferida, ainda pendente.

iii. Em outra frente processual, no dia 14 de setembro de 2022, a decisão que havia reconhecido que a Associação não poderia funcionar como representante dos consumidores financeiros foi reformada pela Corte de Cassação após recurso da Associação. Em 2 de novembro de 2022, a Petrobras interpôs recurso contra essa decisão perante a Suprema Corte argentina, ainda pendente de julgamento. Esta ação penal tramita perante o Tribunal Econômico Criminal nº 2 da cidade de Buenos Aires.

**f. Ação judicial nos Estados Unidos relacionada à Sete Brasil Participações S.A. (“Sete”)**

Em fevereiro de 2016, a EIG Management Company, LLC e alguns fundos afiliados (em conjunto denominados “EIG”) ajuizaram uma demanda perante a Corte Distrital do Distrito de Columbia em Washington, D.C. com relação à compra indireta de participações societárias na Sete Brasil, uma empresa criada para construir plataformas com alto conteúdo local. Nesse processo, a EIG alega que a Petrobras teria induzido os autores a investir na Sete Brasil e que era uma das responsáveis pela crise financeira da Sete, que entrou com processo de recuperação judicial no Brasil.

Em 2017, a Corte Distrital negou o pedido de arquivamento sumário apresentado pela Petrobras, tendo decidido que o processo deveria seguir para a fase de produção de provas. Houve a interposição de recursos por parte da Petrobras, tendo tal fase recursal perdurado até 16/01/2020, quando a decisão da Corte do Distrito de Colúmbia se tornou definitiva. Durante o ano de 2020, as partes se envolveram em extensas trocas de documentos e outras provas documentais. As partes também ouviram os depoimentos de diversas testemunhas dos fatos. Em 2021, além da continuidade de tais oitivas, foram produzidas provas periciais, bem como as partes apresentaram pedidos para que o caso fosse julgado sumariamente (motion for summary judgment).

Em 8 de agosto de 2022, o juiz acolheu o pleito da EIG quanto à responsabilidade da Petrobras pelos alegados prejuízos, mas negou o pedido de julgamento antecipado (motion for summary judgment) com relação a danos, com o que a concessão de indenização estará sujeita à comprovação dos danos pela EIG em audiência de julgamento e à apreciação das defesas pela companhia. Na mesma decisão, cujos

reflexos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da companhia no 3T/2022, o juiz negou o pedido de extinção do processo com base na imunidade de jurisdição da Petrobras, razão pela qual foi apresentado recurso perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia.

Em 26 de agosto de 2022, foi apresentado requerimento pela Petrobras para que a ação fosse suspensa até o julgamento do referido recurso, tendo tal suspensão sido concedida pelo juiz em 26 de outubro de 2022.

Em 26 de agosto de 2022, a Corte Distrital de Amsterdã concedeu medida cautelar para bloquear determinados ativos da Petrobras na Holanda, a pedido da EIG. A decisão foi fundamentada naquela proferida pela Corte Distrital do Distrito de Columbia, em 8 de agosto de 2022, e teve como propósito garantir a satisfação dos pedidos da EIG contidos no processo norte-americano mencionado anteriormente. Apenas para o fim dessa cautelar, a Corte Distrital de Amsterdã limitou os pedidos da EIG em um total de cerca de US\$ 297,2 milhões, embora a Corte norte-americana tenha decidido que qualquer concessão de indenização dependerá da comprovação de danos pela EIG em audiência de julgamento. Há algumas discussões sobre o escopo dos bens bloqueados pela EIG, mas não há nenhum processo pendente a esse respeito na Holanda. Tal bloqueio cautelar não impede o cumprimento de obrigações da Petrobras e de suas subsidiárias perante terceiros.

## **2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

### **a. informar o valor das medições não contábeis**

Informações do Consolidado.

<i>R\$ milhões</i>	<i>2022</i>
EBITDA	362.457
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>340.482</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	53
Disponibilidades Ajustadas (fim do período)	64.092
Dívida Bruta	280.703
Dívida Líquida	216.611
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado</b>	<b>0,64x</b>

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado Total R\$ milhões</i>	<i>2022</i>
<b>Lucro líquido (prejuízo)</b>	<b>189.005</b>
Resultado Financeiro líquido	19.257
Imposto de Renda e contribuição social	85.993
Depreciação, depleção e amortização	68.202
<b>EBITDA</b>	<b>362.457</b>
Resultado de participações em investimentos	-1.291
Reversão/Perda no Impairment	6.859
Realização dos resultados abrangentes por alienação de participação acionária	1
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	-21.660
Resultado com alienações e baixas de ativos	-5.884
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>340.482</b>
<b>Margem do EBITDA Ajustado (%)</b>	<b>53</b>

Disponibilidades Ajustadas, Dívida Bruta e Líquida

<i>R\$ milhões</i>	<i>31.12. 2022</i>
Empréstimos e Financiamentos	156.286
Mercado de capitais	88.476
Mercado bancário	50.464
Bancos de fomento	3.770
Agências de créditos à exportação	12.745
Outros	831
Financiamento por arrendamento	124.417
<b>Dívida Bruta</b>	<b>280.703</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-41.723
Títulos públicos federais e Time Deposits e CDB	-22.369
<b>Disponibilidades Ajustadas</b>	<b>-64.092</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>216.611</b>
Patrimônio Líquido	364.385
Taxa média dos financiamentos (% a.a.)	6,5%
Prazo médio da dívida (anos)	12,07

- c. **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

As medições não contábeis informadas neste item 2.5 serão detalhadas a seguir. Importa esclarecer que tais medições não estão previstas nas normas internacionais de contabilidade – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, não devem ser base de comparação com o divulgado por outras empresas e não devem ser consideradas como substitutas, e sim como informações adicionais que devem ser avaliadas em conjunto com qualquer outra medida calculada de acordo com o IFRS e com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, visando um melhor entendimento sobre o desempenho e condições financeiras da Companhia.

### **EBITDA**

O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Petrobras divulga o EBITDA, conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de outubro de 2012.

### **EBITDA Ajustado**

Visando refletir a visão dos Administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado (EBITDA Ajustado) pelos seguintes itens: resultado da participação em investimentos, impairment, realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária, resultados com acordo de coparticipação em áreas licitadas e o resultado com alienação e baixa de ativos.

O EBITDA Ajustado, quando refletindo o somatório dos últimos 12 meses, também representa uma alternativa da geração operacional de caixa da Companhia. Essa medida é utilizada para cálculo da métrica Dívida Bruta e Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado, auxiliando na avaliação da alavancagem e liquidez da Companhia.

### **Margem do EBITDA Ajustado**

A Margem do EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado, dividido pela receita de vendas.

A Companhia utiliza a Margem do EBITDA Ajustado por refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia e entende ser um bom indicador da margem operacional.

### **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos e arrendamentos de curto e longo prazos.

A Dívida Líquida é a Dívida Bruta subtraída do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos públicos federais e time deposits (Disponibilidades Ajustadas).

### **Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado**

Essa medida é utilizada pela Companhia para auxiliar na avaliação da alavancagem e liquidez.

### **Disponibilidades Ajustadas**

Somatório de disponibilidades e investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em time deposits de instituições financeiras de primeira linha, com vencimentos superiores a três meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo.

A administração acredita que essa medição é uma informação suplementar para avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

## **2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

### **a) Acordo de Leniência**

Em 12 de janeiro de 2023, a Petrobras recebeu o montante de R\$ 456 milhões, recuperados por meio de acordo de leniência da empresa UOP LLC – subsidiária da Honeywell International Inc. – celebrado com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), instrumento que faz parte de resolução global que envolveu atuação coordenada com Ministério Público Federal (MPF) e autoridades norte-americanas.

### **b) Recebimento do Earn Out de Atapu e Sépia**

Em janeiro de 2023, a companhia recebeu a totalidade dos pagamentos relativos ao Earn Out do exercício de 2022, de responsabilidade dos parceiros dos blocos de Sépia e Atapu, no montante de R\$ 2.007 milhões (US\$ 384 milhões), que incluem o valor do gross-up dos impostos incidentes sobre cada participação, conforme detalhado a seguir:

- Sépia: R\$ 1.347 milhões, das empresas TotalEnergies EP Brasil Ltda, Petronas Petróleo Brasil Ltda e QatarEnergy Brasil Ltda, correspondente às participações de 28%, 21% e 21%, respectivamente;
- Atapu: R\$ 660 milhões, referentes a 22,5% de participação da TotalEnergies EP Brasil Ltda e 25% de participação da Shell Brasil Petróleo Ltda.

### **c) Venda do campo de Albacora Leste**

Em 26 de janeiro de 2023, a Petrobras finalizou, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a venda da totalidade de sua participação no campo de produção de Albacora Leste, localizado na Bacia de Campos, para a empresa Petro Rio Jaguar Petróleo LTDA (PetroRio), subsidiária da Petro Rio S.A.

A operação foi concluída com o recebimento, à vista, de R\$ 8.455 milhões (US\$ 1.635 milhões), já com os ajustes previstos no contrato.

Com a conclusão da cessão, a PetroRio assume a condição de operadora do campo de Albacora Leste, com 90% de participação, em parceria com a Repsol Sinopec Brasil, que detém os 10% restantes.

### **d) Recebimento do Earn Out de Baúna**

Em 30 de janeiro de 2023, a Petrobras recebeu da Karoon Petróleo & Gás Ltda (“Karoon”), subsidiária da Karoon Energy Ltd, o montante de R\$ 430 milhões (US\$ 84 milhões, incluindo atualização financeira prevista no contrato), equivalente ao pagamento contingente do preço do barril de petróleo referente ao exercício de 2022.

Este recebimento está de acordo com os termos do contrato negociado entre as companhias no exercício de 2020, referente à venda da totalidade da participação da Petrobras para a Karoon no campo de Baúna (área de concessão BM-S-40). As demais parcelas do referido pagamento contingente poderão ser recebidas pela Petrobras até 2026, dependendo da evolução do preço do barril de petróleo em futuros exercícios.

### **e) Resultado do julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**

Em 1º de fevereiro de 2023, a Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), órgão integrante do CARF, negou provimento a recursos interpostos pela companhia e decidiu que seriam devidos IRPJ e CSLL relativos aos lucros de sua controlada no exterior dos exercícios de 2011 e 2012. A decisão foi tomada mediante o exercício do voto de qualidade do Presidente da Turma, com amparo na Medida Provisória nº. 1160/2023, após empate entre os julgadores. Com essa decisão, débitos fiscais que totalizam R\$ 5,7 bilhões tornam-se praticamente definitivos no âmbito administrativo. Dessa forma, a companhia adotará as medidas cabíveis.

A expectativa de perda dessa contingência é considerada possível. A decisão do CARF não implica em provisionamento nas demonstrações financeiras da companhia.

### **2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

- a. regras sobre retenção de lucros
- b. regras sobre distribuição de dividendos
- c. periodicidade das distribuições de dividendos
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

<p><b>a) Regras sobre a retenção de lucros:</b></p>	<p><b>Reserva legal</b> - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404 ("Lei das Sociedades por Ações" – "LSA").</p> <p><b>Reserva estatutária</b> - É constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo acumulado desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 56 e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.</p> <p><b>Reserva de incentivos fiscais.</b> - É constituída mediante destinação de parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da LSA. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.</p>
<p><b>a.i: Valores das Retenções de Lucros:</b></p>	<p>É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Não houve destinação do lucro líquido do exercício de 2022 para a reserva de retenção de lucros.</p>
<p><b>a.ii: Percentuais em relação aos lucros totais declarados:</b></p>	<p>O percentual do valor do somatório das retenções de lucros em reservas legal, estatutária e de incentivos fiscais sobre o valor total dos lucros declarados no exercício de 2022 foi de 6,81%.</p>
<p><b>b) Regras sobre a distribuição de dividendos:</b></p>	<p><b>Dispõe o Estatuto Social da Companhia:</b></p> <p>Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (Artigo 8º).</p> <p>As ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (Artigo 5º, §2º).</p> <p>Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (Artigo 9º, <i>caput</i>).</p> <p>Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia (Artigo 10).</p> <p>Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral (Artigo 11).</p> <p><b>A Política de Remuneração aos Acionistas prevê que:</b></p> <p>4.1. A Companhia estabelece uma remuneração mínima anual de US\$ 4 bilhões para exercícios em que o preço médio do Brent for superior a US\$ 40/bbl, a qual poderá ser distribuída independentemente do seu nível de endividamento, desde que observados os princípios previstos nessa Política.</p>

	<p>4.1.1 A remuneração mínima anual será equivalente para as ações ordinárias e as ações preferenciais, desde que supere o valor mínimo para as ações preferenciais previsto no Estatuto Social da Companhia.</p> <p>4.2. Em caso de dívida bruta igual ou inferior a US\$ 65 bilhões e de resultado positivo acumulado, a serem verificados no último resultado trimestral apurado e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia deverá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos, conforme equação abaixo, desde que o resultado desta fórmula seja superior ao valor previsto no item 4.1 e não comprometa a sustentabilidade financeira da Companhia:</p> <p>Remuneração aos acionistas = 60% x (Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais - Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis)</p> <p>4.3 Independentemente do seu nível de endividamento, a Companhia poderá, em casos excepcionais, realizar o pagamento de dividendos extraordinários, superando o dividendo mínimo legal obrigatório e/ou os valores estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, desde que a sustentabilidade financeira da Companhia seja preservada.</p> <p>4.4 A distribuição de remuneração aos acionistas deverá ser feita trimestralmente.</p> <p>4.5 A Companhia poderá excepcionalmente promover a distribuição de dividendos mesmo na hipótese de não verificação de lucro líquido, uma vez atendidas as regras previstas na Lei 6.404/76 e observados os critérios definidos na presente política.</p> <p><b>Valores aprovado no exercício de 2022</b></p> <p>Em relação ao exercício de 2022, a proposta de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 222.560 milhões contempla o dividendo mínimo obrigatório de R\$ 44.131 milhões, equivalente ao percentual de 25% do lucro líquido ajustado, além de dividendos adicionais oriundos da parcela remanescente dos lucros acumulados do exercício (R\$ 131.423 milhões) e da reserva de retenção de lucros (R\$ 47.006 milhões). Essa proposta é superior à prioridade das ações preferenciais. O excedente de caixa devido às maiores margens de venda de petróleo e derivados, associado à manutenção da meta de endividamento e à ausência de investimentos represados por restrição financeira, permitiram que a proposta de dividendos do exercício de 2022, no montante de R\$ 222.560 milhões, fosse superior aos dividendos calculados com base na política de remuneração aos acionistas (R\$ 123.452 milhões).</p>
<p><b>c) Periodicidade de distribuição de dividendos:</b></p>	<p><b><u>Dispõe o Estatuto Social da Companhia:</u></b></p> <p>Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (Artigo 8º).</p> <p>A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no artigo 204 da LSA (parágrafo único do Artigo 9º).</p>
<p><b>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>Não aplicável.</p>

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Remuneração aos Acionistas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24/11/2021. O documento encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: <a href="http://www.petrobras.com.br/ri">www.petrobras.com.br/ri</a> .
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## 2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. regras os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
  - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii. contratos de construção não terminada
  - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A tabela a seguir resume as obrigações off balance em 31 de dezembro de 2022:

	<i>Obrigações contratuais</i>				
	<i>Pagamentos com vencimento por período (R\$ milhões)</i>				
	<i>Total</i>	<i>2023</i>	<i>2024-2025</i>	<i>2026-2027</i>	<i>2028 em diante</i>
Outros compromissos contratuais					
Gás natural ship or pay	127.568	15.145	32.501	23.639	56.283
Serviços contratados	310.416	105.191	60.656	41.171	103.398
Compromisso de compra de GN (1)	21.704	7.505	10.399	3.800	-
Compromissos relacionados a arrendamentos mercantis ainda não iniciados	416.962	114.932	85.875	-	216.155
Financiamentos por Arrendamento de curto prazo	134	134	-	-	-
Compromissos de compra	56.751	39.283	11.251	4.885	1.332
<b>Total</b>	<b>933.535</b>	<b>282.190</b>	<b>200.682</b>	<b>73.495</b>	<b>377.168</b>

1- Em 1º de janeiro de 2023, a Companhia celebrou novo aditivo ao contrato de suprimento de gás natural (GSA) com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPFB). O dispositivo contratual referente à prorrogação indica uma extensão do GSA até janeiro de 2026, na base de 20,00 milhões de m³ por dia, representando um valor total adicional estimado de US\$ 3,81 bilhões para o período compreendido entre janeiro de 2023 e janeiro de 2026. Caso a retirada ocorra na base da Quantidade Diária Garantida pela Petrobras (*take-or-pay*), a qual oscila entre 14,00 milhões de m³ por dia e 5,60 milhões de m³ por dia (limites em base mensal), a referida prorrogação será estendida, no máximo, até maio de 2028, representando um valor total adicional estimado de US\$ 3,47 bilhões para o período compreendido entre janeiro de 2023 e maio de 2028.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.

**2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e o registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

**b. natureza e o propósito da operação:**

Vide item “a” acima.

**c. como natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Vide item “a” acima.

**2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. como investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

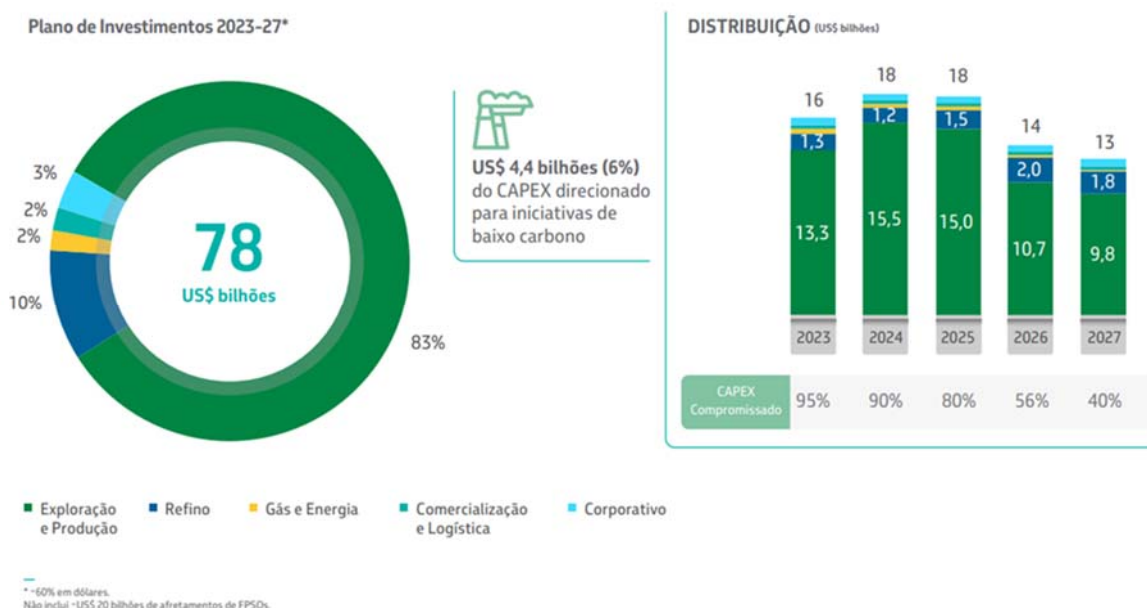
Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 30 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2023-2027 (“PE 2023-27”). Nesse contexto, o PE 2023-27 foi elaborado preservando a visão, os valores e o propósito da Companhia. As estratégias de negócios foram mantidas, sendo que as estratégias ambiental, social e de governança (“ASG”) e a de inovação foram

aprimoradas. O PE 2023-27 consolida a Petrobras como a maior investidora do país e inclui todos os projetos que apresentaram viabilidade econômica segundo os critérios de governança e aprovação da empresa, não havendo represamento de projetos por restrição orçamentária.

É importante ressaltar que o PE 2023-27 poderá ser alterado pela administração da Petrobras a qualquer momento, inclusive por influência do Conselho de Administração e do acionista controlador, o Governo Federal Brasileiro.

Os investimentos (CAPEX) previstos para o período 2023-2027 são de US\$ 78 bilhões, 15% superiores ao plano passado. Esse montante é superior à média dos últimos seis planos estratégicos, que foi de US\$ 72 bilhões, e sinaliza que os investimentos voltaram ao patamar pré-covid. O CAPEX do segmento de Exploração e Produção (E&P) é 83% do total, seguido pelo Refino, Gás e Energia com 12%, Comercialização e Logística com 2%, e 3% no Corporativo. Cabe destacar que além desses US\$ 78 bilhões, a Companhia alocará ainda cerca de US\$ 20 bilhões em afretamentos de novas plataformas, totalizando assim quase US\$ 100 bilhões de recursos em projetos. Esses investimentos não incluem a parcela dos parceiros da Petrobras.

Quanto à distribuição plurianual do investimento, observa-se que nos primeiros anos (curto prazo) do plano parte relevante do CAPEX já está comprometido, enquanto nos últimos anos há um maior nível de flexibilidade com relação aos compromissos assumidos. Vale ressaltar que, ao longo do ciclo de vida dos nossos projetos, o nível de maturidade aumenta, e uma proporção maior do CAPEX será utilizada.

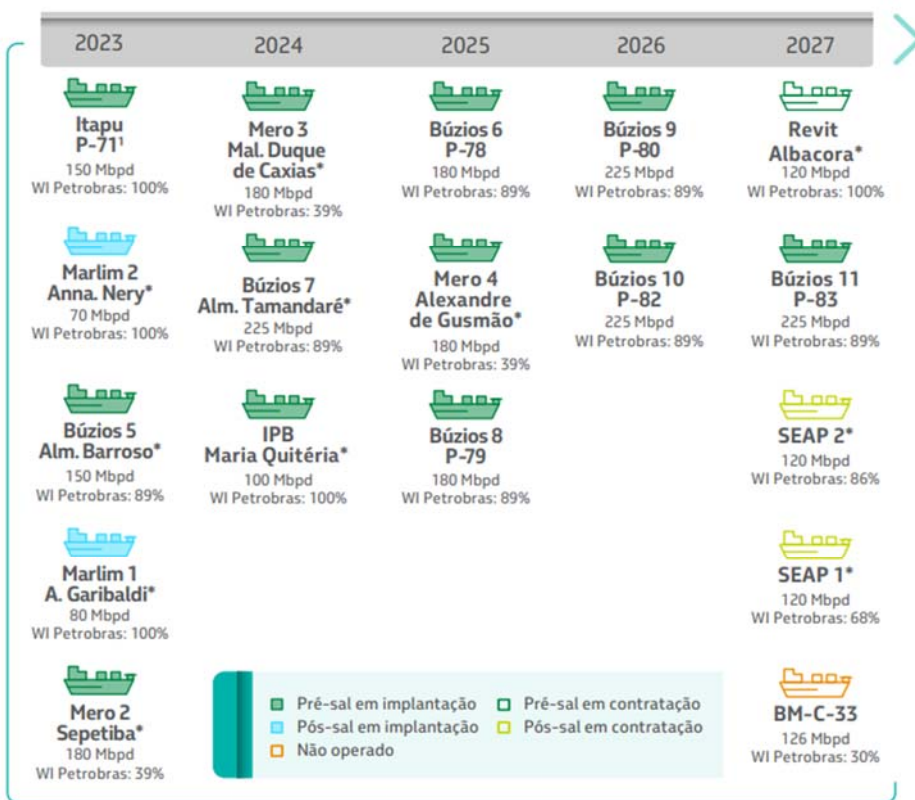


O CAPEX total do E&P é de US\$ 64 bilhões, com cerca de 67% destinados para o pré-sal. O plano destaca ainda que os projetos de E&P mantêm a premissa de dupla resiliência – econômica e ambiental: viáveis a cenários de baixos preços de petróleo no longo prazo (Brent de US\$ 35 por barril) e com baixo carbono (compromisso de intensidade de carbono no portfólio de E&P de até 15 KgCO<sub>2</sub>e por barril de óleo equivalente até 2030).

Como pode ser observado na figura abaixo, o PE 2023-27 previa a entrada de 18 novas plataformas (FPSOs) no período 2023-2027 - quatorze no pré-sal e quatro no pós-sal. Contudo, confirmando as expectativas da Petrobras, o início de operação da FPSO P-71 foi antecipado para dezembro de 2022. Desse modo, a nova previsão é de entrada em operação de 17 FPSOs no referido período, sendo onze afretadas, cinco próprias e uma não operada.

Todas as unidades planejadas para entrar em operação até 2026, além de uma planejada para 2027, já estão contratadas. Das quatro unidades operadas previstas para o ano 2027, três estão em fase de planejamento para contratação. O campo de Búzios receberá o maior número de novas unidades: sete novos sistemas, condizentes com a magnitude e alta produtividade desse ativo.

### Implantação de 18 FPSOs, cerca de 50% dos FPSOs do mundo



\* Unidade afretada.  
 1) Antecipado o início da operação para dezembro de 2022.

O plano considera investimento total em exploração de US\$ 6 bilhões, com o objetivo de buscar novas fronteiras de óleo e gás, incluindo oportunidades em gás não associado. Essa alocação será principalmente na Margem Equatorial (extensa região entre os Estados do Rio Grande do Norte e Amapá), com 49% dos investimentos, seguido das Bacias do Sudeste (Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo), com 45%. Além disso, estão previstos dois poços exploratórios no bloco de Tayrona, na Colômbia, onde houve uma importante descoberta de gás natural também em água profunda.

O CAPEX total da área de Refino e Gás Natural totaliza US\$ 9,2 bilhões, dos quais US\$ 7,8 bilhões serão alocados no segmento de Refino e US\$ 1,4 bilhão no segmento de Gás e Energia.

Na área de refino, a Petrobras segue focando na eficiência operacional e energética das refinarias (RefTop) e em produtos de maior qualidade, através do aumento da capacidade de produção de diesel S-10, e com menor pegada de carbono, com destaque para os investimentos em biorrefino. Foram assegurados recursos para investimentos de modernização na área do downstream, como a planta dedicada de BioQAV e de diesel com conteúdo renovável e menor pegada de carbono; e revitalização do Polo Gaslub com nova planta para entrega de lubrificantes de nova geração. O Plano considera a capacidade de 1,2 milhão de barris por dia em 2027.

Na área de Gás e Energia, o PE 2023-27 destaca a continuidade da estratégia de comercialização do gás próprio de forma competitiva, com ações comerciais alinhadas aos aumentos de capacidade, resultantes dos investimentos em expansão da infraestrutura e da oferta própria de gás natural.

No quinquênio 2023-2027, a área de Comercialização e Logística intensificará a sua atuação de forma competitiva em mercados estratégicos no Brasil e no exterior, com a captação de novos clientes e permanente busca das melhores oportunidades de valorização de seus petróleo e produtos. Outro foco da área é a otimização da infraestrutura logística, através da implantação do programa AVANÇA LOG, com a remoção de gargalos no escoamento de produtos e petróleo, otimização de estoques e redução nos índices de emissões da frota. O CAPEX da área previsto no plano é de US\$ 1,6 bilhão.

Para informações sobre oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG, ver subitem “d” mais abaixo.

## ii. fontes de financiamento dos investimentos:

As principais premissas para a financiabilidade do PE 2023-27 são:

- (i) Preços competitivos, alinhados ao mercado internacional.
- (ii) Caixa de referência é de US\$ 8 bilhões, superior ao caixa mínimo da Companhia, que atualmente é de US\$ 5 bilhões.
- (iii) Dividendos conforme Política de Remuneração aos Acionistas vigente.
- (iv) Intervalo de referência da dívida bruta de US\$ 50 bilhões a US\$ 65 bilhões.
- (v) Gestão da dívida: alongamento da dívida e manutenção em torno de US\$ 55 bilhões.

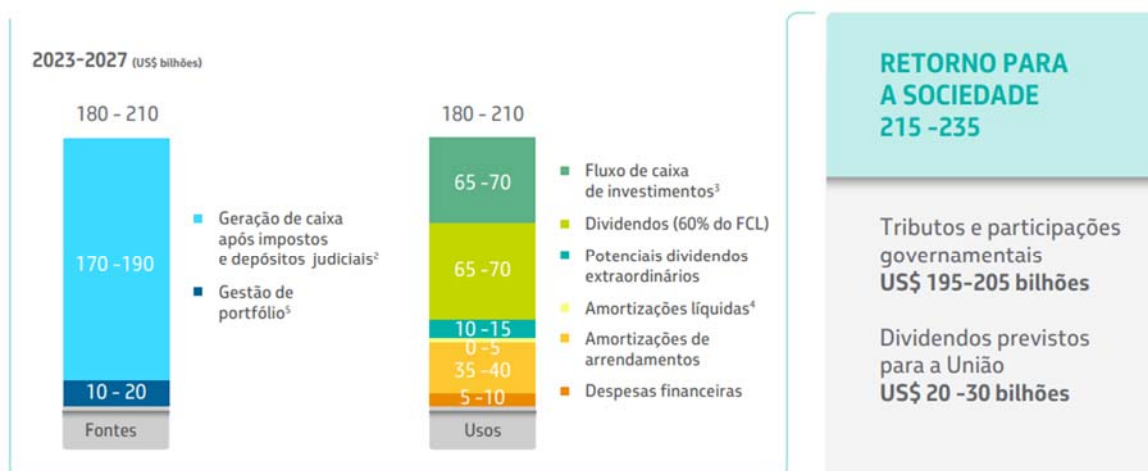
A Companhia adota cenários de preços, sendo o Brent médio previsto para o quinquênio do PE 2023-27 de US\$ 75/bbl e a taxa de câmbio média para o mesmo período de R\$ 5/US\$ no cenário base do plano.

É importante ressaltar que o PE 2023-27 é autofinanciável para os próximos cinco anos, sendo a geração operacional de caixa da Companhia a principal fonte de financiamento dos investimentos.

A figura abaixo detalha as fontes e usos previstos no horizonte do plano:

### FLUXO DE CAIXA – FONTES E USOS

~ 52%<sup>1</sup> da geração de caixa retorna para a sociedade



1) Dividendos pagos à União mais tributos e participações governamentais divididos pela geração de caixa antes dos impostos.

2) Considera custos de descomissionamento de cerca de US\$ 1,5 bilhão/ano.

3) Exclui arrendamentos classificados no CAPEX total.

4) Considera captações de US\$ 11 bilhões.






5) Impacto de aproximadamente 70 Mboed na produção de 2023 e de aproximadamente 150 Mboed nos demais anos.

Para mais informações sobre o PE 2023-27 ver Fato Relevante “Petrobras aprova Plano Estratégico 2023-2027” de 30 de novembro de 2022, além da apresentação do plano, ambos arquivados na CVM e divulgados no site da Companhia.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A gestão ativa de portfólio, por meio do estabelecimento de estratégias para atuar em parcerias estratégicas, aquisições e desinvestimentos, resulta em uma fonte adicional de recursos para a Companhia quando há venda de posições minoritárias, majoritárias ou inteiras em algumas subsidiárias, controladas, negócios em conjunto, coligadas e ativos, para investidores estratégicos ou financeiros ou através de ofertas públicas.

A Companhia segue uma sistemática de desinvestimentos, alinhada à legislação vigente, com as seguintes etapas, divulgadas ao público:

 <p><b>Divulgação de Oportunidade (Teaser)</b></p>	Etapa em que é tornada pública a intenção do desinvestimento e os potenciais interessados são convidados a participar do processo competitivo.
 <p><b>Início da Fase Não Vinculante (Quando Aplicável)</b></p>	Etapa opcional, realizada para identificar e selecionar os participantes realmente interessados na aquisição e que enxergam maior valor nos ativos/empresas.
 <p><b>Início da Fase Vinculante</b></p>	Etapa onde é feita a seleção da melhor oferta feita pelos potenciais interessados, de forma a maximizar o valor das vendas.
 <p><b>Concessão de Exclusividade na Negociação (Quando Aplicável)</b></p>	Etapa opcional, que ocorre quando a exclusividade é formalmente concedida a um potencial comprador, após a fase vinculante.
 <p><b>Aprovação da Transação pela Alta Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e Assinatura de Acordos</b></p>	Etapa na qual são celebrados os acordos de compra e venda (ou cessão de direitos) contendo as condições da transação, incluindo as condições precedentes para o fechamento.
 <p><b>Fechamento da Transação</b></p>	Etapa em que a transação é concluída com o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato.

Na tabela a seguir estão os valores das principais transações que foram concluídas no período de 01 de janeiro de 2022 até 06 de março de 2023:

<i>Data de Assinatura</i>	<i>Data de Fechamento</i>	<i>Transação</i>	<i>Valor Nominal (US\$ milhões)<sup>1</sup></i>
05/07/2021	04/02/2022	Venda da totalidade de participação em um conjunto de sete concessões de campos de terra e águas rasas localizadas no estado de Alagoas, denominados conjuntamente Polo Alagoas.	300
17/12/2020	10/05/2022	Venda da totalidade de participações em 14 concessões de exploração e produção terrestres, localizadas no estado da Bahia, denominados conjuntamente de Polo Recôncavo.	250
28/04/2022	05/07/2022	Venda integral da participação (27,88%) na Deten Química S.A. (Deten).	117 <sup>2</sup>
28/07/2021	11/07/2022	Venda integral da participação (51%) na Petrobras Gas S.A. (Gaspetro).	394 <sup>2</sup>
29/01/2021	03/08/2022	Venda da totalidade da participação nos campos de produção de Peroã e Cangoã, denominados conjuntamente Polo Peroã, na concessão BM-ES-21, localizados na Bacia do Espírito Santo.	55
14/08/2020	05/08/2022	Cessão total dos direitos dos campos terrestres de Fazenda Belém e Icapuí, localizados na Bacia Potiguar, denominados conjuntamente Polo Fazenda Belém.	35
11/11/2021	04/11/2022	Venda dos ativos em refino e logística associada Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) no Paraná.	33
25/08/2021	30/11/2022	Venda dos ativos em refino e logística associada na Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) no Amazonas.	189,5
23/12/2021	20/12/2022	Venda da totalidade de participação em um conjunto de 11 concessões de campos de terra localizado na bacia Sergipe-Alagoas no estado do Sergipe, denominados conjuntamente Polo Carmópolis.	1.100
12/07/2021	22/12/2022	Venda da totalidade de participação no campo Papa-Terra, localizado em águas profundas na Bacia de Campos.	105,6
28/04/2022	26/01/2023	Venda da participação no campo de Albacora Leste, localizada na Bacia de Campos, litoral norte do estado do Rio de Janeiro.	2.201
<b>Total</b>			<b>4.780</b>

(1) Considera os valores dos contratos na assinatura das transações.

(2) Essas operações foram negociadas em reais. Assim, para fins de composição na tabela, os valores foram convertidos pela taxa de câmbio (PTAX) da data de assinatura da transação.

Na tabela a seguir estão os principais contratos assinados relativos às transações que ainda não foram concluídas, pois aguardam o cumprimento de condições precedentes contratuais e legais (atualizado até 06/03/2022):

<i>Data de Assinatura</i>	<i>Transação</i>	<i>Valor Nominal (US\$ milhões)<sup>1</sup></i>
09/07/2020	Venda da totalidade da participação nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão localizados em águas rasas da Bacia Potiguar (Polo Pescada), no estado do Rio Grande do Norte.	2
31/01/2022	Venda da totalidade de participação em um conjunto de 26 concessões de campos de terra e águas rasas localizadas na bacia Potiguar e a refinaria Clara Camarão, no estado do Rio Grande do Norte, denominados conjuntamente de Polo Potiguar.	1.385
23/02/2022	Venda da totalidade de participação em um conjunto de 4 concessões de campos de terra localizadas na bacia do Espírito Santo, no estado do Espírito Santo, denominados conjuntamente de Polo Norte Capixaba.	544
25/05/2022	Venda dos ativos em refino e logística associada na refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR), no Ceará.	34
24/06/2022	Venda da totalidade da participação em dois conjuntos de concessões marítimas em águas profundas no pós-sal, denominados Polo Golfinho e Polo Camarupim, localizados na Bacia do Espírito Santo.	75
<b>Total</b>		<b>2.040</b>

(1) Valores sujeitos a ajustes no fechamento da transação.

A tabela a seguir apresenta outros processos competitivos relevantes que foram anunciados ao mercado pela Companhia (atualizado até 06/03/2023):

FASES	Escopo Resumido das Transações
TEASER E FASE NÃO VINCULANTE	Venda da participação acionária na Petrobras Operaciones S.A. (POSA), subsidiária integral da Petrobras na Argentina e detentora de participação de 33,6% no Campo de Rio Neuquén.
	Venda de rede de fibra óptica onshore espalhada por vários estados brasileiros.
	Venda dos ativos em refino e logística associada a: Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco, Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) no Paraná e Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) no Rio Grande do Sul.
	Venda da totalidade de participação (18,8%) na sociedade UEG Araucária S.A. (UEGA), localizada no estado do Paraná.
VINCULANTE	Venda da totalidade da participação de 20% detida pela sua subsidiária Petrobras America Inc. (PAI) na empresa MP Gulf of Mexico, LLC. (MPGoM), localizada no Texas, EUA, detentora de campos offshore no Golfo do México.
	Venda de direitos minerários para pesquisa e lavra de sais de potássio situados na Bacia do Amazonas.
	Venda integral da participação (34,54%) na Metanor.
	Venda da totalidade da participação nos campos de Uruguá e Tambaú, localizada na Bacia de Santos, no Estado do Rio de Janeiro.
	Venda da totalidade de participação em um conjunto de 28 concessões de campos de terra localizados nas bacias do Recôncavo e do Tucano no estado da Bahia, denominados conjuntamente Polo Bahia Terra.
	Venda integral da participação na Petrobras Colombia Combustibles (PECOCO).
	Venda integral de participação (51%) na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).
	Venda integral de participação (25%) na Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB).
	Venda da totalidade de participações em 11 campos de produção localizados em águas rasas na Bacia de Campos, denominados conjuntamente de Polo Garoupa.
	Venda integral da participação (100%) na Petrobras Biocombustíveis S.A. (PBIO), incluindo três usinas de biodiesel.
	Venda da totalidade da participação em duas sociedades de geração de energia elétrica: Brasympe Energia S.A. ("Brasympe") e Energética Suape II S.A. ("Suape II").
	Venda da totalidade de participação no campo de Manati, concessão de produção marítima em águas rasas localizada na Bacia de Camamu, no Estado da Bahia.
	Venda da totalidade de participação nos Campos de Atum, Curimã, Espada e Xaréu, concessões de produção marítimas em águas rasas localizada na sub-bacia de Mundaú, no Estado do Ceará.

## **Acordos com o CADE**

Em 2019, a Companhia assinou dois acordos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na forma de Termos de Compromisso de Cessa o: (a) um que consolida entendimentos entre as partes sobre a execu o de desinvestimento em ativos de refino no Brasil; e (b) outro destinado   promo o da concorrência no setor de gás natural no Brasil.

## **Refino**

Com a execu o do acordo do refino, dentre outros compromissos, a Petrobras se comprometeu a desinvestir aproximadamente 50% da capacidade de refino da Companhia, o que representa a venda de oito unidades de refino (REPAR, REFAP, RLAM, RNEST, REGAP, LUBNOR, REMAN e a unidade de processamento de xisto – SIX), com sua logística associada, por meio de processos competitivos.

O acordo também prevê que (a) RLAM e RNEST; (b) REPAR e REFAP; e (c) REGAP e RLAM não podem ser adquiridas pelo mesmo comprador ou Companhias do mesmo grupo econ mico.

O cronograma e a conformidade com os compromissos assumidos com o CADE são acompanhados por um agente externo que foi contratado pela Companhia, de acordo com as especifica es estabelecidas por mútuo acordo.

Com rela o ao andamento dos processos de desinvestimento das oito unidades de refino, já foram concluídas as vendas da RLAM, da SIX e da REMAN e assinado o contrato para a venda da LUBNOR. Com rela o   RNEST, REPAR e REFAP, novos processos competitivos foram iniciados em 30/06/2022. No que se refere   REGAP, o primeiro processo competitivo foi encerrado sem sucesso em razão das condi es da proposta apresentada ficarem aquém da avalia o econ mico-financeira da Petrobras, conforme comunicado ao mercado em 17/11/2022.

## **Gás Natural**

O acordo assinado em julho de 2019 prevê o compromisso da Companhia em vender as seguintes participações acionárias:

- i. *Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) - 10%;*
- ii. *Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) - 10%;*
- iii. *Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) - 51%; e*
- iv. *Participação indireta em Companhias distribuidoras de gás, seja vendendo sua participação de 51% na Gaspetro, seja vendendo suas participações indiretas nas Companhias distribuidoras.*

Com relação a esse compromisso, já foi concluída a venda da participação na NTS e da participação na TAG e da participação na Gaspetro. No que se refere ao processo de venda da participação na TBG, ele se encontra em fase vinculante.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 1 de março de 2023, a Petrobras recebeu um ofício do Ministério de Minas e Energia (MME) solicitando a suspensão das alienações de ativos por 90 (noventa) dias, em razão da reavaliação da Política Energética Nacional atualmente em curso e da instauração de nova composição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), respeitadas as regras de governança da Companhia, compromissos assumidos com entes governamentais e sem colocar em risco interesses intransponíveis da Petrobras. O Conselho de Administração analisará os processos em curso, sob a ótica do direito civil e dentro das regras de governança, bem como eventuais compromissos já assumidos, suas cláusulas punitivas e suas consequências, para que as instâncias de governança avaliem potenciais riscos jurídicos e econômicos decorrentes, observadas as regras de sigilos e as demais normas de regência aplicáveis.

Em 17 de março, em continuidade a esse fato relevante, a Companhia informou ao mercado que a Diretoria Executiva encaminhou para apreciação do Conselho de Administração a seguinte proposta de resposta ao MME: “procedemos o estudo preliminar sobre os processos de desinvestimentos em curso e, até o momento, não verificamos fundamentos pelos quais os projetos em que já houve contratos assinados (signing) devam ser suspensos. Os processos em que não houve contratos assinados seguirão em análise.”

Fatos julgados relevantes continuarão a ser divulgados ao mercado.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Em 2022, a Petrobras adquiriu os direitos de exploração e produção de três blocos exploratórios: Água Marinha e Norte de Brava - ambos na bacia de Campos, e Sudoeste de Sagitário, na bacia de Santos. Com relação ao bloco Água Marinha, a Petrobras exerceu o seu direito de preferência para ser o operador com 30% de participação. Os outros membros do consórcio são TotalEnergies (30%), Petronas (20%) e Qatar Petroleum (20%). Já no bloco Norte de Brava, a Petrobras adquiriu o direito de ser o operador com 100% de participação. No que se refere ao bloco Sudoeste de Sagitário, a Petrobras adquiriu o direito de ser o operador com uma participação de 60%, tendo como parceira a Shell (40%).

A Petrobras finalizou a contratação de três novas plataformas marítimas do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de óleo). Como resultado do avanço do projeto de desenvolvimento do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, foi assinado contrato para construção das plataformas P-80, P-82 e P-83, que operarão os 9º, 10º e 11º módulos do campo.

Os FPSOs terão capacidade de processamento de óleo de 225 mil bpd e de 12 milhões de m<sup>3</sup> de gás por dia, além de capacidade de armazenamento de mais de 1,6 milhão de barris. As unidades foram contratadas com o Projeto Básico de Alta Capacidade da Petrobras, uma nova geração de plataformas da Companhia, com alta capacidade de produção e tecnologias inovadoras para redução de emissão de carbono.

No segmento de Refino e Gás, a Petrobras finalizou a contratação para construção da nova Unidade de Hidrotratamento de diesel (HDT) na Refinaria de Paulínia (Replan). Com a entrada em operação da planta, a Replan será capaz de aumentar a sua produção de Diesel S-10 em 63 mil bpd e de querosene de aviação em 12,5 mil bpd, visando o atendimento das especificações e quantidades demandadas pelo mercado. Dessa forma, todo diesel produzido na refinaria será de baixo teor de enxofre.

A Petrobras também assinou contrato para a conclusão da Unidade de Abatimento de Emissões Atmosféricas (SNOx) da Refinaria Abreu e Lima – RNEST, unidade responsável por reduzir as emissões atmosféricas de óxidos de enxofre e nitrogênio (SOx e NOx) da refinaria. A conclusão dessa instalação atenderá a condicionantes da licença de operação e possibilitará o aumento da carga processada pela RNEST para 115 mil barris por dia.

Para os outros segmentos, não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor no período.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

*i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

A Companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras desde a exploração de bacias petrolíferas, implantação de sistemas de produção em águas profundas até o refino e produção de derivados do petróleo. Como resultado, conquistou por quatro vezes (1992, 2001, 2015 e 2020) o Distinguished Achievement Award for Companies, concedido anualmente pela Offshore Technology Conference (OTC). Em 2019, a edição brasileira da conferência (OTC Brasil) lhe concedeu o Distinguished Achievement Award.

A Petrobras está investindo em tecnologias digitais para otimizar as operações das refinarias de forma ainda mais eficiente, com flexibilidade e segurança. Os projetos de PD&I buscam o desenvolvimento de novas tecnologias para modernizar as refinarias, visando alcançar o primeiro quartil em eficiência energética, conversão e confiabilidade.

Ainda, o portfólio de projetos em PD&I da Petrobras suportam iniciativas de diversificação de mercado, em um contexto de transição de matriz energética, para prospectar novos potenciais de receitas onde a tecnologia é um diferencial, tais como captura, utilização e armazenamento de carbono, biocombustíveis e produtos renováveis, bem como o desenvolvimento de novos produtos e modelos de comercialização.

A Petrobras opera um centro dedicado a pesquisas, desenvolvimento e inovação (Cenpes), que é um dos maiores do setor de energia, bem como um dos maiores do hemisfério sul. As instalações do Cenpes possuem uma área total de 308.000 m<sup>2</sup>, contando com 116 laboratórios e mais de 4.600 equipamentos, incluindo equipamentos de tecnologias de ponta. Em 31 de dezembro de 2022, o Cenpes possuía 1.053 empregados, dos quais 90,6% dedicados exclusivamente à área de PD&I.

A Companhia também possui plantas de testes em escala semi-industrial localizadas próximas de unidades industriais, as quais têm como objetivo acelerar a prototipagem e o aumento de escala no desenvolvimento de novas tecnologias com custos reduzidos.

Com a missão de “imaginar, criar e fazer hoje o futuro da Petrobras”, o Cenpes atua em parceria com universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores, startups e outras operadoras e tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar o cumprimento do Plano Estratégico, além de antecipar tendências que possam criar opções estratégicas.

Atualmente, cerca de 30% do portfólio de P&D faz uso intensivo de tecnologias digitais como big data, computação de alto desempenho e inteligência artificial.

Os principais resultados em pesquisa e desenvolvimento obtidos pela Petrobras em 2022 foram:

- Desenvolvido e implantação de tecnologias que permitiram otimização de investimentos, redução de custos e incertezas, como a mitigação de incrustações por campos magnéticos, o uso de adsorventes mais eficientes para desidratação do gás natural, novos fluidos de perfuração e o novo modelo geológico para o campo de Búzios.
- Desenvolvimento e implantação de tecnologias que contribuíram para o aumento da segurança operacional, como o novo módulo do Digital Twin de Ancoragem, a interligação de risers em FPSOs sem uso de mergulhadores e o novo sistema para interligações de fundo de poços.
- Desenvolvimento de novos produtos com menor pegada de carbono, como Diesel R5, em fase de comercialização, Bioquerosene de aviação, em fase de testes na REPAR, e o novo asfalto CAP-PRO.

*ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Em 2022, a Companhia gastou R\$ 4,087 bilhões em P&D

*iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*

Ver item 2.10.c.i

*iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*



Ver item 2.10.c.ii.

**d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O PE 2023-27 integrou os elementos ASG em uma única visão, sintetizando a posição da Petrobras sobre o assunto. A mandala ASG direciona o planejamento e o engajamento com os stakeholders e está alinhada aos elementos e objetivos estratégicos da Companhia. São destacadas quatro ideias-força: (a) reduzir a pegada de carbono; (b) proteger o meio-ambiente; (c) cuidar das pessoas; e (d) atuar com integridade. Para cada uma dessas ideias-força a Companhia identificou um conjunto de temas relevantes que suportam e direcionam as suas ações, projetos, programas e compromissos relacionados.



Os compromissos relacionados a cada uma das quatro ideias-força foram consolidados em uma lista única, alinhada ao conceito de ASG integrado:

	<p><b>REDUZIR A PEGADA DE CARBONO</b></p>	<p><b>AMBIÇÃO:</b> Neutralizar as emissões (escopos 1 e 2) nas atividades sob controle da Petrobras e influenciar parceiros a atingir a mesma ambição em ativos não operados, em 2050<sup>1</sup>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução das emissões absolutas<sup>2</sup> operacionais totais em 30%<sup>3</sup> até 2030.</li> <li>• Zero queima de rotina em <i>flare</i> até 2030.</li> <li>• Reinjeção de 80 milhões tCO<sub>2</sub> até 2025 em projetos de CCUS.</li> <li>• Intensidade de Gases de Efeito Estufa (GEE) no segmento E&amp;P: atingir intensidade do portfólio de 15 kgCO<sub>2</sub>e/boe até 2025, mantidos 15 kgCO<sub>2</sub>e/boe até 2030.</li> <li>• Intensidade de GEE no segmento Refino: atingir intensidade de 36 kgCO<sub>2</sub>e/CWT até 2025 e 30 kgCO<sub>2</sub>e/CWT até 2030.</li> <li>• Consolidação da redução de 55%<sup>3</sup> na intensidade de emissões de metano segmento <i>upstream</i> até 2025, atingindo 0,29 t CH<sub>4</sub>/mil tHC.</li> </ul>
	<p><b>PROTEGER O MEIO AMBIENTE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de 40%<sup>4</sup> da captação de água doce da Petrobras até 2030.</li> <li>• Redução de 30%<sup>4</sup> na geração de resíduos sólidos de processo até 2030.</li> <li>• Destinação de 80% dos resíduos sólidos de processos para rotas de RRR<sup>5</sup> até 2030.</li> <li>• 100% das instalações Petrobras com plano de ação em biodiversidade (PAB) até 2025.</li> </ul>



1) Nossa ambição refere-se às emissões em território brasileiro, onde ocorrem mais de 97% de nossas emissões operacionais. Para as demais emissões ambicionamos também a neutralidade em prazo compatível com o Acordo de Paris, em alinhamento a compromissos locais e organizações internacionais.

2) Nosso compromisso visa uma condição de manutenção do patamar de emissões em 2030 com relação a 2022 quando consideramos na projeção deste ano as emissões relativas à média de despacho termelétrico dos últimos 5 anos. Nosso compromisso é não exceder 54,8 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> em 2030, exceto se houver demanda acentuada por geração de eletricidade a partir das térmicas devido a eventos nacionais de estresse hídrico. O atingimento do compromisso considera a possibilidade de uso de créditos de carbono, como estratégia complementar, e depende das ações para ganho de eficiência e dos desinvestimentos previstos no PE 2023-27.

3) Em relação a 2015.

4) Em relação a 2021.

5) Reuso, reciclagem e recuperação.

	<b>CUIDAR DAS PESSOAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensurar e divulgar o retorno social de, no mínimo, 50% dos projetos socioambientais voluntários (até 2025).</li> <li>• Manter diagnóstico socioeconômico das comunidades atualizado (até 3 anos) em 100% das operações (de todas as unidades de negócio e refinarias do portfólio).</li> <li>• Promover os direitos humanos (DH) e diligenciar as operações (100% de capacitação dos empregados em DH e 100% das operações com <i>due diligence</i> em DH) até 2025.</li> <li>• Promoção da diversidade, proporcionando um ambiente de trabalho inclusivo.</li> <li>• Desenvolvimento de iniciativas de impacto, que contribuam com a solução de problemas sociais e/ou ambientais, envolvendo oportunidades de atuação junto aos nossos públicos de interesse, clientes dos produtos Petrobras.</li> <li>• Promoção de operações seguras, a partir da proteção à vida, capacitando 100% da liderança em saúde mental e atuando na promoção do bem-estar dos mais de 38 mil empregados.</li> </ul>
	<b>ATUAR COM INTEGRIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoção de modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle.</li> <li>• Promoção de um ambiente de referência em Ética, Integridade e Transparência na Petrobras.</li> <li>• Fomento à adoção de práticas ASG junto aos públicos de interesses da Petrobras.</li> </ul>

Os investimentos do PE 2023-27 incluem o montante de US\$ 4,4 bilhões (6% do CAPEX total) em projetos direcionados a iniciativas em baixo carbono. Desse total, US\$ 3,7 bilhões estão planejados para iniciativas de descarbonização das operações da Companhia (escopos 1 e 2), sendo US\$ 0,6 bilhão destinados para o Fundo de Descarbonização (aumento de US\$ 0,35 bilhão em relação ao plano anterior), com o objetivo de desenvolvimento de novas oportunidades de descarbonização, enquanto US\$ 3,1 bilhões estão alocados para separação e reinjeção de CO<sub>2</sub> (CCUS / EOR), sistemas de detecção de metano, configuração All Electric, sistema de recuperação de gases, incluindo flare fechado, eficiência energética, projetos de redução de carbono nas refinarias (Programa Reftop) e projetos de P&D de descarbonização.

Com o objetivo de apoiar a trajetória de neutralidade de emissões, o PE 2023-27 foi reforçado pelo Programa Petrobras Carbono Neutro e o Fundo de Descarbonização, que visa a financiar as soluções de descarbonização que reduzem emissões ao menor custo e alto impacto em mitigação de carbono.

Adicionalmente, a Companhia planeja investimentos de US\$ 0,6 bilhão em iniciativas de biorrefino, que preveem projetos para a produção de uma nova geração de combustíveis, mais modernos e sustentáveis, com conteúdo renovável, além de US\$ 0,1 bilhão em P&D para novas competências.

Cabe destacar ainda que a Companhia está implementando uma política de reciclagem verde para plataformas em descomissionamento, alinhada com as melhores práticas ASG disponíveis no mercado.

Por fim, avançando nas iniciativas voltadas para a diversificação rentável em outros segmentos de atuação, em 2022 a Companhia implantou mecanismos de governança específicos ao tema. Adicionalmente, mapeou e caracterizou os negócios mais promissores da transição energética, sob a sua ótica, e reuniu toda sua expertise nesses negócios. Além dos esforços para ofertar produtos com menor pegada de carbono, com destaque o biorrefino, o PE 2023-27 trouxe como uma evolução os negócios que foram indicados por uma análise multicritério, dentre vários estudados, como os mais adequados para aprofundamento em seus estudos: eólica offshore, hidrogênio e captura de carbono.

## **2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

A Companhia divulga, neste item, as informações sobre patrocínios, despesas com publicidade, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados para a alocação de recursos para tais despesas.

### **Patrocínio**

A estratégia de patrocínios da Petrobras está estruturada a partir de programas corporativos contínuos e linhas de atuação que definem as prioridades nas áreas cultural, esportiva, e de negócio, ciência e tecnologia. A atuação em patrocínio nessas áreas é definida pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas e aprovada pela Diretoria Executiva. As linhas de atuação de patrocínio, bem como as suas ações de publicidade, visam a fortalecer a imagem e reputação da Companhia perante seus públicos de interesse.

Na esfera de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia, a Petrobras aplicou R\$ 48,2 milhões em 2022. Desse total, R\$ 23 milhões foram realizados com incentivos fiscais.

As propostas de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia são recebidas via seleção pública ou escolha direta. A seleção pública de projetos corresponde a processo amplo e transparente, com regulamento próprio, divulgação nacional e comissões de seleção colegiada para escolha de projetos a serem desenvolvidos. Na escolha direta, projetos são encaminhados diretamente para a Petrobras utilizando sistema próprio para gestão de patrocínios, devendo atender a critérios de análise e adequação para contratação, assim como relevância para atingimento dos objetivos da Companhia.

As propostas de projetos de patrocínio passam por vários processos de análise técnica e documental previamente ao início da contratação – de forma a garantir a transparência e a conformidade da decisão de se contratar a oportunidade em questão – garantindo que procedimentos de governança e conformidade sejam seguidos, mitigando riscos e evitando possíveis conflitos de interesse.

Caso atendam aos critérios e sejam consideradas relevantes – são encaminhadas para recomendação do Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional e

Sustentabilidade (CTE-RIS) e posterior aprovação do Diretor de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade (DRIS).

Além disso, é realizada a análise Due Diligence de Integridade (DDI) das contrapartes para conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao relacionamento da Companhia com os titulares de oportunidades de patrocínio ou convênio. O resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI). Adicionalmente, os projetos passam ainda por análise e verificação de conformidade prévia por parte da Secretaria Especial de Comunicação – SECOM.

Após a celebração de contratos de patrocínios para a implementação dos projetos, a Companhia mantém procedimentos de controle internos para execução e acompanhamento, com o objetivo de fortalecer o agir ético e prevenir atos de fraude e de corrupção.

Na esfera cultural, os patrocínios estão relacionados a projetos brasileiros inovadores com potencial de retorno de imagem e alinhados à nossa estratégia de marcas, com investimento de R\$ 27,5 milhões em 2022. Os projetos patrocinados seguem linhas de ação com foco em música, artes cênicas, audiovisual e múltiplas expressões. A Companhia abriu em 2022 a Chamada Petrobras Múltiplas Expressões, que selecionou 15 projetos com os temas: arte/cultura brasileira, cultura popular/regionalidades, folclore brasileiro e história do Brasil.

Cabe destaque para o patrocínio, há mais de 30 anos, à Orquestra Petrobras Sinfônica, que desde 2020 vem consolidando sua presença digital como estratégia para alcance de público.

Nos patrocínios esportivos, os investimentos são alinhados ao posicionamento da marca, de modo a favorecer a percepção da Petrobras como uma empresa dinâmica e com alta capacidade técnica. Em 2022, a Companhia deu continuidade ao patrocínio ao Time Petrobras, firmando um novo contrato com vigência até 2024, com aporte de R\$ 3,7 milhões, para patrocínio ao treinamento de atletas de esportes olímpicos, que representarão o Brasil nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em Paris 2024. O projeto garante ampla visibilidade para a marca Petrobras, participação dos atletas em lives ou ações presenciais e ativação em redes sociais, sempre associando a Companhia à atributos positivos como alto desempenho, trabalho em equipe, alcance de metas, superação de desafios, resultados positivos, entre outros.

Em 2022 a Petrobras investiu cerca de R\$ 17 milhões em patrocínios a eventos de negócio, ciência e tecnologia, intensificando o relacionamento com parceiros, investidores, clientes, comunidade acadêmica e científica.

Na esfera socioambiental, a Petrobras aplicou, em 2022, R\$ 121 milhões em projetos sociais e ambientais voluntários, incluindo o investimento de R\$ 10 milhões na Iniciativa Floresta Viva.

Além do investimento socioambiental, a Companhia realizou doações em dinheiro em auxílio a famílias em situação de vulnerabilidade social de cinco regiões do país, por meio da doação de R\$ 263 milhões que contribuirão para a aquisição de gás de cozinha, associado, quando possível, à entrega de itens de alimentação.

Além disso, a Companhia doou R\$ 9 milhões destinados à realização de ações emergenciais para apoio na aquisição de insumos necessários à resposta e recuperação das localidades atingidas e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, ocasionada ou agravada pelas enchentes ocorridas nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e no município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, atingindo a quantia de 272 milhões de reais em doações em 2022.

As temáticas trabalhadas em 2022 no Programa Petrobras Socioambiental estão alinhadas ao que estava previsto no Plano Estratégico 2022-2026, assim como aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial, o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre).

A Companhia prioriza os investimentos em territórios onde desenvolve suas operações, além de focar na estratégia de transição para economia de baixo carbono e na atuação offshore da Companhia. Assim, as quatro linhas de atuação vigentes são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Florestas, e os temas transversais que devem ser priorizados pelos projetos socioambientais são primeira infância, direitos humanos e inovação.

Nesse modelo, o propósito do investimento socioambiental é contribuir para as comunidades onde a Companhia está inserida e para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas socioambientais que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade.

Reforçando a atuação dos investimentos socioambientais em carbono azul, a Petrobras também lançou, em novembro de 2022, em parceria com o BNDES e com a execução do FUNBIO, o Edital Manguezais do Brasil, o primeiro da Iniciativa Floresta Viva. Serão disponibilizados, nesse edital, R\$ 44,4 milhões em recursos da Petrobras e do BNDES.

Por fim, em 2023 a Companhia lançou a maior seleção pública da história dos investimentos socioambientais da Petrobras. O processo seletivo será dividido em duas etapas e, no total, serão R\$ 432 milhões investidos em mais de 50 projetos.

Cabe destacar que o acompanhamento da percepção sobre a reputação corporativa revela que aqueles que possuem conhecimento dos projetos de patrocínio da Companhia - sejam eles sociais, ambientais, culturais ou esportivos - detêm percepção superior em relação àqueles que não possuem tal conhecimento. Ainda que esse delta reputacional varie a cada monitoramento trimestral, no histórico da pesquisa, a diferença demonstra a relevância desses projetos para a reputação da Petrobras.

O Programa Petrobras Socioambiental está alinhado à Política de Responsabilidade Social da Companhia, que preconiza o compromisso de fornecer energia, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, se relacionando de forma responsável com as comunidades e superando os desafios de sustentabilidade.

Os valores dos investimentos socioambiental, e em patrocínio cultural, esportivo e de negócio, ciência e tecnologia podem ser observados na tabela a seguir:

<i>Investimentos (milhões de R\$)</i>	<i>Socioambientais</i>	<i>Culturais</i>	<i>Esportivos</i>	<i>Negócio, ciência e tecnologia (NTC)</i>	<i>Total</i>
	121 <sup>1</sup>	28 <sup>2</sup>	4	17 <sup>3</sup>	170

1) 19% do valor corresponde a recurso via lei de incentivo.

2) 84% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

3) 3% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

## **Publicidade**

As ações de publicidade institucional da Petrobras são:

- Planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma totalmente alinhada com o plano de comunicação vigente que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico da Companhia.
- Desenvolvidas com base nos elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.

- Realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que estabelece as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda, em especial, aos artigos abaixo elencados:
  - *“Artigo 1º - Todo anúncio deve ser respeitador e conformar-se às leis do país; deve, ainda, ser honesto e verdadeiro.”*
  - *“Artigo 2º - Todo anúncio deve ser preparado com o devido senso de responsabilidade social, evitando acentuar, de forma depreciativa, diferenciações sociais decorrentes do maior ou menor poder aquisitivo dos grupos a que se destina ou que possa eventualmente atingir.”*
  - *“Artigo 20 - Nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política, religiosa ou de nacionalidade.”*

O planejamento e a execução das ações publicitárias da Petrobras são realizados, hoje, por agências de propaganda contratadas via concorrência pública.

Em 2022 o valor total gasto com publicidade foi de R\$ 92 milhões. As despesas com contratos da Petrobras estão listadas em seu Portal da Transparência (Publicidade I Portal de Transparência I Petrobras), bem como os gastos totais em publicidade dos últimos anos.

### **Parcerias e Convênios**

Com relação a parcerias e convênios, a Companhia apoia a cooperação tecnológica com universidades e institutos de ciência e tecnologia, empresas, startups e outras operadoras, em busca de soluções de alto impacto em geração de valor, estabelecendo parcerias tecnológicas por meio de termos de cooperação. Dentre suas ações para alavancar a produtividade em PD&I, destacam-se:

- i. *O Programa ‘Conexões para Inovação’ é o programa de inovação aberta da Petrobras, criado para acelerar o desenvolvimento tecnológico e agregar valor à Companhia. O principal objetivo do programa é encontrar os melhores parceiros para cooperar e desenvolver, testar ou comercializar tecnologias, aumentando assim a competitividade e a transparência nos processos e proporcionando um melhor incentivo ao alinhamento do ecossistema de inovação.*

O programa conta com um site externo (<https://tecnologia.petrobras.com.br>) para divulgar diversas oportunidades de engajamento de parcerias com a Petrobras e é composto por diferentes módulos, pensados para tipos específicos de oportunidades relacionadas a três principais variáveis: (i) o público-alvo (estudantes, universidades, institutos de tecnologia, startups, grandes empresas etc); (ii) o modelo de negócios; e (iii) o TRL (Technology Readiness Level). Os módulos e as principais realizações do programa em 2022 foram:

- **Módulo Open Lab:** concentra as oportunidades para desenvolvimento de software de código aberto por meio do GitHub. Essa modalidade de desenvolvimento de softwares se iniciou em 2022 e até o final do ano dois repositórios foram publicados.
- **Módulo Encomendas Tecnológicas:** concentra oportunidades que vão de TRL 2 a TRL 7 (“TRL” ou “Technology Readiness Level”), permitindo que a Companhia assuma o risco tecnológico na fase de desenvolvimento da tecnologia, possibilitando a união das fases de desenvolvimento e expansão, tornando-as mais atrativas para as empresas. Foram assinados três novos contratos para o desenvolvimento de: (a) ferramenta para detecção de danos em dutos flexíveis ocasionados por SCC-CO<sub>2</sub>; (b) tecnologias de processamento petroquímico; e (c) gêmeo digital de elevação artificial e garantia de escoamento.
- **Módulo de Transferência de Tecnologias:** nesse módulo a Petrobras oferta contratos de licenciamento de suas tecnologias, aumentando assim o número de empresas aptas a prestar serviços a partir de tecnologias Petrobras, em troca de royalties. Foram assinados nove novos contratos de licenciamento.
- **Módulo Ignição:** esse módulo promove a parceria com uma universidade brasileira para incentivar a experimentação, desafiando jovens a cocriar soluções para a transformação digital do setor de petróleo e gás. Em 2022, 24 alunos participaram de três ciclos de ideação e experimentação, com foco em desafios de pegada de carbono, gêmeos digitais e wearables para operações offshore e segurança.
- **Módulo Startups:** busca desenvolver soluções e modelos de negócios de startups e pequenas empresas inovadoras por meio de projetos de inovação.

Os projetos finalizados com sucesso contam com a possibilidade de realização de testes de campo do lote piloto ou serviço pioneiro. Em 2022, a Companhia lançou a quarta edição de chamada pública para startups e selecionadas 23 empresas para trabalhar em 19 desafios, representando um investimento total de mais de US\$ 3 milhões. Nessa edição, houve desafios em robótica, redução de carbono, tecnologias digitais, corrosão, modelagem geológica e tecnologias de inspeção.

- **Módulo Aquisição de Soluções:** objetiva o teste de soluções inovadoras que vêm sendo desenvolvidas pelo ecossistema de inovação por meio de contratos públicos de solução inovadora(CPSI). Cada CPSI pode alcançar o valor de US\$ 300 mil para os testes das soluções. Em 2022 a Petrobras assinou o primeiro CPSI, publicou 12 oportunidades e assinou 11 contratos deste tipo, representando um investimento total de mais de US\$ 1,5 milhão.
  - **Módulo de Parcerias Tecnológicas:** nesse módulo são ofertados Acordos de Cooperação Tecnológica (“TCAs”) focados em baixos TRLs, exigindo assim forte engajamento com a academia. Em 2022, a Companhia assinou 227 novos TCAs, a maioria com institutos tecnológicos brasileiros, representando um investimento total de mais de US\$ 170 milhões.
  - **Módulo Residentes:** criado para aumentar a interação com parceiros externos (universidades, empresas de tecnologia e centros de P&D), melhorar a sinergia e agilizar projetos internos e curvas de aprendizado associadas a tecnologias emergentes, por meio desse módulo, pesquisadores de parcerias vigentes atuam diretamente no centro de pesquisas da Petrobras. Em 2022, 17 pesquisadores trabalharam nas instalações Petrobras com acesso a laboratórios, softwares, capacidade computacional e banco de dados interno. A Petrobras está estruturando a próxima fase, que permitirá a inscrição de pesquisadores estrangeiros. Por meio desse módulo, a Companhia pretende fortalecer a conexão com pesquisadores de todo o mundo, gerando mais valor e inovação para o negócio.
- ii. *A utilização de canais de engajamento e articulação com esses atores, como reuniões técnicas com representantes institucionais e pesquisadores da comunidade acadêmico-científica; promoção de workshops internos e externos para geração de ideias inovadoras; e realização de palestras junto a universidades e institutos de pesquisa visando a apresentação de desafios tecnológicos atuais da Petrobras.*

- iii. *O Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF), no qual são signatários a Petrobras, a CAPES e o CNPq, é um programa do Governo Federal. O aporte de recursos foi feito até 2018 e o consumo dos valores pode ocorrer até o fim do convênio, previsto para ser encerrado em 2023, quando haverá prestação de contas.*

